

Demonstrações Financeiras
30 de Junho de 2008



ITAÚSA

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 1º semestre de 2008

Senhores Acionistas

Apresentamos o Relatório da Administração e as demonstrações contábeis da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. (Itaúsa) e de suas controladas, relativos ao primeiro semestre de 2008, elaborados de acordo com a Legislação Societária e com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Contam também com o parecer favorável do Conselho Fiscal.

CENÁRIO ECONÔMICO

A solidez da posição fiscal e das contas externas ajudou a preservar a estabilidade macroeconômica. A taxa de câmbio manteve a tendência de apreciação no semestre. A inflação elevou-se marcadamente, resultando em deterioração das expectativas e levando o Banco Central do Brasil a iniciar um ciclo de aperto monetário. Como parte importante das pressões inflacionárias tem origem externa – na elevação dos preços das *commodities* agrícolas e minerais, especialmente o petróleo – há incerteza sobre a duração e a intensidade do aperto necessário, o que se refletiu na elevação da curva de juros de mercado para os prazos mais curtos. Apesar disso, a relação entre a dívida mobiliária do Tesouro Nacional e o PIB continuou em trajetória de queda, com ligeiro aumento do prazo médio e da duração dos títulos públicos. No mercado acionário, a expectativa de melhora na classificação de risco do País manteve as cotações em tendência de alta até o final de maio. Em junho, porém, predominou a perspectiva de queda no ritmo de crescimento em função do aperto monetário, levando o índice Bovespa a recuar significativamente do seu valor recorde.

O crescimento da indústria no primeiro semestre do ano acumulou 6,3% em comparação ao mesmo período de 2007. A produção industrial em junho apresentou crescimento de 2,7% no mês de junho em relação ao mês anterior em termos dessazonalizados, denotando que a expansão da produção ainda é expressiva. A indústria de bens de capital, impulsionada pelos gastos de investimento, apresentou o maior aumento de produção, de 17,1% nos primeiros seis meses do ano. Já a produção de bens de consumo durável acompanhou de perto com uma elevação de 13,9%. Cabe destacar os setores de equipamentos de transporte e de veículos automotores que cresceram, na mesma comparação, 33,1% e 18,4%, respectivamente.

As vendas de computadores apresentaram crescimento de 26% no primeiro trimestre deste ano em comparação ao mesmo período de 2007.

Segundo as informações do PIB calculado pelo IBGE, o setor de construção civil cresceu 8,8% no primeiro trimestre deste ano. O desempenho do setor está basicamente ligado ao crescimento do setor imobiliário. Com a elevação das taxas de juros a partir do mês de abril esse crescimento deve arrefecer, mas será uma desaceleração controlada, uma vez que as perspectivas são de manutenção de uma expansão moderada no resto do ano.

DESEMPENHO ECONÔMICO

PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO DA ITAÚSA CONSOLIDADO

	R\$ Milhões					
	Controladora		Minoritários		Conglomerado	
	1º Sem/08	1º Sem/07	1º Sem/08	1º Sem/07	1º Sem/08	1º Sem/07
Lucro Líquido	1.556	1.923	2.405	2.333	3.960	4.256
Lucro Líquido Recorrente (vide nota explicativa 20d)	2.026	1.963	2.384	2.222	4.410	4.185
Patrimônio Líquido	16.590	14.563	18.869	16.932	35.459	31.494
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	19,4%	28,1%	26,0%	30,0%	23,0%	29,1%
Rentabilidade Recorrente Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	25,3%	28,7%	25,8%	28,6%	25,6%	28,7%
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos	497	477	764	648	1.261	1.125

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

	1º Sem/08	1º Sem/07	Evolução %
Resultados por lote de mil ações - em R\$			
Lucro Líquido da Controladora	400,80	544,84	(26,4)
Lucro Líquido Recorrente da Controladora	522,02	556,16	(6,1)
Lucro Líquido Recorrente da Controladora (sem considerar a bonificação de ações)	573,83	556,16	3,2
Valor Patrimonial da Controladora	4.274,02	4.126,63	3,6
Preço da Ação ON (1)	16.779,52	18.640,50	(10,0)
Preço da Ação PN (1)	10.734,29	12.063,00	(11,0)
Capitalização de Mercado (2) - em R\$ milhões	50.679	51.414	(1,4)

(1) Com base na cotação média do mês de junho de cada ano.

(2) Calculado com base na cotação média das ações em junho de cada ano.

O lucro líquido recorrente da controladora Itaúsa alcançou R\$ 2.026 milhões no primeiro semestre de 2008, com rentabilidade anualizada de 25,3% sobre o patrimônio líquido médio. O resultado não recorrente é composto basicamente:

- pelo efeito de compra de ações para tesouraria pela controlada Banco Itaú Holding que, no período, adquiriu ações de sua própria emissão no montante de R\$ 1,3 bilhão, com reflexo de R\$ 396 milhões em despesa não operacional de equivalência patrimonial na Itaúsa, sem representar na controladora saída de caixa; e
- pelo efeito da amortização de ágio na aquisição de ações da controlada Banco Itaú Holding no montante de R\$ 60 milhões com reflexo em outras despesas operacionais, com saída de caixa na controladora de R\$ 96 milhões.

O reflexo desses efeitos elevou o percentual de participação nessa controlada de 44,76% em 31 de dezembro de 2007 para 45,35% em 30 de junho de 2008.

O lucro líquido recorrente da controladora por lote de mil ações atingiu R\$ 522,02 e o seu valor patrimonial R\$ 4.274,02, tendo a Itaúsa atingido valor de mercado de R\$ 50.679 milhões ao final do semestre.

PRINCIPAIS INDICADORES DAS EMPRESAS CONTROLADAS PELA ITAÚSA

R\$ Milhões

	Janeiro a Junho	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS	ÁREA INDUSTRIAL			CONSOLIDADO/ CONGLOMERADO (1)
		Banco Itaú Holding Financeira S.A. Consolidado	Duratex S.A.	Itautec S.A.	Elekeiroz S.A.	
Ativos Totais	2008	343.870	2.857	1.047	653	349.099
	2007	255.418	2.480	833	629	260.234
Receitas Operacionais (2)	2008	28.387	898	794	462	30.700
	2007	25.085	782	697	423	27.189
Lucro Líquido	2008	4.084	162	28	38	3.960
	2007	4.016	152	62	28	4.256
Patrimônio Líquido	2008	30.341	1.624	443	430	35.459
	2007	26.546	1.467	401	357	31.494
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) (3)	2008	27,7%	20,6%	12,9%	18,6%	23,0%
	2007	32,1%	21,1%	32,5%	15,9%	29,1%
Geração Interna de Recursos (4)	2008	8.535	221	53	65	8.523
	2007	7.789	202	86	50	8.134

(1) Os dados do Consolidado/Conglomerado apresentam valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não-realizados de operações intercompanhias.

(2) As Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:

- Banco Itaú Holding Financeira S.A.: Receitas da Intermediação Financeira, Receitas de Prestação de Serviços, Receitas de Prêmios de Seguros, Previdência e Capitalização e Outras Receitas Operacionais; e
- Duratex S.A., Itautec S.A. e Elekeiroz S.A.: Receitas Líquidas de Vendas de Produtos e/ou Serviços.

(3) Representa a relação entre o lucro líquido do período e o patrimônio líquido médio ((dez + mar + jun)/3) multiplicado por 2.

(4) Engloba os recursos provenientes das operações:

- acrescidos da despesa de provisões para créditos de liquidação duvidosa;
- não consideradas as variações das provisões matemáticas de capitalização e previdência e consideradas as variações de sinistros a liquidar, os créditos e os débitos de operações com seguros e as despesas de comercialização diferidas de seguros, previdência e capitalização.

ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS

Banco Itaú Holding Financeira

O Itaú Holding tem obtido bons resultados ao longo de toda sua história, o que comprova a sustentabilidade de suas operações e a consistência de suas decisões estratégicas. No semestre merece destaque:

Elevação dos ratings de crédito

Em 30 de abril de 2008, o Banco Itaú e o Banco Itaú BBA tiveram elevados de BBB- para BBB seus *ratings* de crédito de longo prazo em moeda estrangeira e nacional pela agência classificadora de riscos Standard & Poor's. Com isso, manteve as instituições no mais alto nível concedido a bancos brasileiros. Em 3 de junho de 2008, a Fitch Ratings elevou os *ratings* de crédito de longo e curto prazos em moeda estrangeira e nacional do Banco Itaú, Banco Itaú BBA e Itaú Holding.

A seguir, os principais resultados do período:

O lucro líquido consolidado do primeiro semestre foi de R\$ 4.084 milhões, com rentabilidade anualizada de 27,7% sobre o patrimônio líquido médio. O lucro líquido recorrente apresentou crescimento de 6,2% em relação ao primeiro semestre de 2007 e rentabilidade anualizada de 27,5%. O patrimônio líquido atingiu R\$ 30.341 milhões ao final de junho de 2008, com acréscimo de 14,3% em relação a junho de 2007. O índice de Basiléia foi de 16,4% ao final de junho de 2008.

Os ativos consolidados do Itaú Holding alcançaram R\$ 343.870 milhões, com evolução de 34,6% em relação a junho de 2007. A carteira de crédito, incluindo avais e fianças, cresceu 41,3%, atingindo R\$ 148.073 milhões ao final do semestre. No Brasil, a carteira de crédito livre, pessoa física, cresceu 38,3% em relação a junho de 2007, atingindo R\$ 62.276 milhões e o segmento de micro, pequenas e médias empresas cresceu 66,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando R\$ 29.762 milhões.

As operações de crédito ao consumidor, associadas à marca Taií, sem considerar as operações de crédito consignado, atingiram R\$ 2.023 milhões de saldo na carteira de crédito, com 6,7 milhões de clientes ao final do semestre. O Itaú Holding manteve a liderança em faturamento no mercado de cartões de crédito, encerrando o primeiro semestre com mais de 16,2 milhões de cartões, responsáveis pelo faturamento de R\$ 22.676 milhões.

No segundo trimestre de 2008, as novas concessões de financiamento e *leasing* de veículos somaram R\$ 7,1 bilhões, um aumento de 40% em relação ao segundo trimestre de 2007. A carteira de crédito de veículos apresentou crescimento de 62% em relação a igual período do ano anterior. A estrutura voltada para veículos pesados se consolidou nacionalmente e representa cerca de 7% do total de financiamentos e *leasing* no Banco Itaú. Também em 2008, o Banco Itaú iniciou a operação no segmento de motocicletas operando com marca própria e por meio da montadora Dafra. O volume total de negócios atingiu R\$ 274 milhões no segundo trimestre, sendo 96% de motos novas.

Em abril de 2008, o Banco Itaú adquiriu a totalidade das ações da Unión Capital AFAP S.A., empresa administradora de fundo previdenciário que detém 20% dos ativos dos fundos de pensão do Uruguai. A efetivação da operação foi aprovada pelos órgãos reguladores em julho de 2008.

Seguindo sua estratégia de crescimento orgânico, fortalecida pelas oportunidades geradas pela estabilidade econômica e a elevação da renda da população, o Itaú Holding continua investindo na forte expansão de sua rede de atendimento. No primeiro semestre foram inauguradas 63 agências e pontos de atendimento bancário em empresas. Até o final do ano, prevê-se a inauguração de mais de cem novas agências.

O *Private Bank* tinha sob sua gestão no país, em 30 de junho de 2008, R\$ 36,5 bilhões em ativos de clientes, com evolução de 28% em relação a 30 de junho de 2007 e com participação de mercado superior a 20%, conforme dados da ANBID (Associação Nacional dos Bancos de Investimento).

A Itaú Corretora continua desenvolvendo ações para a internacionalização das suas atividades, reforçando a imagem do "*melhor especialista em Brasil*". A corretora se prepara para expandir sua atuação abrindo corretoras em Londres, Tóquio e Dubai e escritórios em Cingapura, Pequim e Abu Dhabi. Consolidando sua presença no mercado asiático, tivemos o lançamento do "Latin America Samba Fund" na Coreia. Após o sucesso do "Brazil Samba Fund" que foi lançado em agosto de 2007, este novo produto oferece a possibilidade de investimento em empresas da América Latina para os investidores coreanos do varejo. Além disso, o Itaú, em parceria com a Nikko Asset Management, lançou o "Brazil Equity Fund" composto por ações de empresas brasileiras. O fundo será distribuído pelo Banco Sumitomo Mitsui no varejo japonês. Também foram assinados

acordos com o UBL e com a Daiwa Securities, importantes instituições com operações no Oriente Médio e Japão, respectivamente.

Os recursos próprios livres, captados e administrados totalizaram R\$ 514.697 milhões, com evolução de 23,2% em relação a junho de 2007. Destaca-se o crescimento de 20,0% dos depósitos de poupança, atingindo R\$ 28.881 milhões no final do semestre.

As operações de seguros atingiram R\$ 1.683 milhões em prêmios auferidos no primeiro semestre de 2008. A captação dos produtos de Previdência e VGBL atingiu R\$ 3.246 milhões no primeiro semestre, com evolução de 23,2% em relação a igual período de 2007, destacando-se o crescimento de 50,9% na captação de planos de previdência PJ, que atingiu R\$ 374 milhões no período. A captação de planos de Capitalização cresceu 30,3%, atingindo R\$ 517 milhões. As provisões técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização totalizaram R\$ 26.637 milhões em junho de 2008.

No segmento de *investment banking*, o Banco Itaú BBA participou de operações de debêntures e notas promissórias que totalizaram R\$ 5,0 bilhões e operações de securitização que totalizaram R\$ 0,9 bilhão. No *ranking* ANBID (Associação Nacional dos Bancos de Investimento), divulgado com operações até junho de 2008, o Itaú BBA apareceu em primeiro lugar em originação e distribuição de operações de renda fixa e securitização, com participações de mercado de 46% e 51%, respectivamente. Em renda variável, o Banco Itaú BBA atuou como coordenador e *bookrunner* de ofertas públicas iniciais que totalizaram R\$ 6,7 bilhões e de ofertas públicas subseqüentes no montante de R\$ 5,6 bilhões. No *ranking* ANBID, divulgado com operações até junho de 2008, o Itaú BBA apareceu em primeiro lugar em originação de operações de renda variável, com uma participação de mercado de 29%.

Dentre os reconhecimentos recebidos pelo Itaú Holding, no primeiro semestre de 2008, destacam-se:

- *Best Retail Bank in Latin America* – Latin Finance elegeram o Itaú como o melhor banco de varejo na América Latina dos últimos 20 anos – Revista Latin Finance
- Empresa Melhor Administrada na América Latina - Setor Bancário e Financeiro – pelo segundo ano consecutivo - Revista Euromoney
- Melhor Banco de Mercados Emergentes América Latina – Global Finance
- Melhor Banco de Varejo – FGV/Conjuntura Econômica
- Prêmio Melhores da Dinheiro - categoria Bancos – revista IstoÉ Dinheiro
- *World's Best Investment Banks 2008* – Global Finance elegeram o Banco Itaú BBA o melhor banco de investimento na categoria Brasil
- Private Banking Survey 2008 - 2º melhor Private Bank da América Latina e 15º melhor no *ranking* global; 1º lugar no Brasil nas categorias *offshore*, *real estate investment*, *fixed income portfolio management* e *net-worth services for super affluent clients* - Revista Euromoney
- *Ranking 500* maiores do setor financeiro mundial - 53º lugar no *ranking* geral - Revista The Banker/Brand Finance
- *Ranking Gazeta Investe* - Melhor Gestor de Fundos de Curto Prazo e Melhor Gestor de Fundos de Renda Fixa - Itaú Personalité - Gazeta Mercantil.

Itaúsa Europa Investimentos

A Itaúsa Europa Investimentos, *holding* que concentra os investimentos bancários do Grupo na Europa, apresentou lucro líquido de € 14,8 milhões no primeiro semestre de 2008.

Os ativos consolidados do Banco Itaú Europa (BIE) atingiram € 4,6 bilhões ao final do primeiro semestre de 2008, em linha com igual período do ano anterior. O produto bancário alcançou € 65,1 milhões, 29,4% superior a igual período do ano passado, evidenciando contribuição estável da margem financeira, elevado desempenho das áreas de mercado de capitais, tesouraria e de *private banking* internacional. O lucro líquido consolidado do Banco Itaú Europa atingiu € 15,2 milhões no primeiro semestre de 2008.

A atividade de *private banking* internacional, desenvolvida pelo BIE Luxembourg, BIE International (Miami) e BIE Bank & Trust (Bahamas), representava ao final de junho de 2008 cerca de US\$ 7,0 bilhões de ativos de clientes sob gestão.

O status de *investment grade* do Banco, Baa1 pela Moody's e BBB+ pela Fitch Ratings, tem sido um importante fator de suporte à diversificação das fontes de fundos, tendo o Banco mantido presença ativa no mercado primário e secundário durante o primeiro semestre de 2008.

Finalmente, o Banco BPI, S.A., associada onde o Conglomerado Itaúsa detém uma participação de 18,9%, 51% da qual é detida pelo Banco Itaú Europa, apresentava em junho de 2008 ativos totais consolidados de € 39,7 bilhões, patrimônio líquido de € 1,7 bilhão e lucro líquido de € 9,1 milhões. Esse resultado reflete o impacto

negativo em € 157,4 milhões da participação financeira detida no Banco Comercial Português (€ 65,6 milhões de menos valias e € 91,8 milhões de imparidade). Consequentemente, a contribuição dessa participação (via equivalência patrimonial) para o lucro consolidado da Itaúsa foi de apenas € 873 mil no primeiro semestre de 2008, o que representa uma queda de cerca de 95% face à contribuição de € 17,2 milhões referente a igual período do ano anterior.

ÁREA INDUSTRIAL

Duratex

O setor da construção civil, responsável por aproximadamente 80% das vendas diretas e indiretas da Duratex, continua a apresentar bom desempenho amparado pelo grande número de empreendimentos imobiliários lançados no passado, e que sugere a sustentabilidade do nível de atividade.

O resultado da Duratex apresentado no período espelha a conjuntura econômica favorável em nossos setores de atuação. A receita bruta atingiu R\$ 1,2 bilhão, o que representa uma evolução de 15% em relação às vendas registradas durante o primeiro semestre de 2007. As exportações totalizaram US\$ 33,9 milhões e a receita líquida atingiu R\$ 898,3 milhões, acompanhando o crescimento das vendas brutas. A geração operacional de caixa, medida pelo conceito EBITDA, somou R\$ 288,0 milhões, 7% superior àquela de 2007 e equivalente a uma margem EBITDA de 32%. Esse resultado contempla eventos e resultados operacionais de natureza não recorrente no total de R\$ 17,6 milhões em função principalmente de recuperação de impostos (PIS/COFINS). O lucro líquido apresentou evolução de 7%, tendo totalizado R\$ 162,4 milhões, o que representa um retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) anualizado de 21%. Desconsiderados os resultados não recorrentes, o lucro líquido seria de R\$ 152,4 milhões, equivalentes a um ROE de 19%.

A Divisão Madeira apresentou um aumento de participação dos produtos revestidos no seu *mix* de expedição. A conclusão da montagem e início de operação da nova linha de revestimento em baixa pressão, em Agudos (SP), deve proporcionar um *mix* mais favorável a partir do segundo semestre. A receita líquida apresentou um crescimento de 10%, atingindo R\$ 577,8 milhões, tendo a margem bruta totalizado 40%. As exportações, predominantemente de chapas de fibra, somaram US\$ 29,2 milhões. O EBITDA recorrente atingiu R\$ 180,1 milhões no período, equivalente a uma margem EBITDA de 31%.

O desempenho da Divisão Deca reflete o bom momento da construção civil. Nesse contexto, houve evolução de aproximadamente 15,7% no volume expedido, resultando numa expansão de 24% na receita líquida para R\$ 320,5 milhões. As exportações, representadas principalmente por produtos de louças para o segmento "life style", atingiram US\$ 4,7 milhões. O EBITDA recorrente totalizou R\$ 90,4 milhões, 32% acima daquele registrado durante o mesmo período de 2007, correspondendo a uma margem EBITDA de 29%.

As expansões anunciadas em 2007 e no início de maio de 2008, prevêem investimentos aproximados de R\$ 1,9 bilhão. Durante o semestre, foram consumidos R\$ 201,4 milhões para a aquisição de ativos permanentes. São destaques: a conclusão da montagem da nova linha de revestimento em baixa pressão, já em fase pré-operacional; a contratação e colocação do pedido da nova linha de MDP e início da preparação do terreno para construção do prédio que abrigará a nova planta; a construção do prédio que abrigará a nova linha de fabricação de painéis de MDF; a definição do projeto e encomenda dos equipamentos para início das obras de construção da nova fábrica de resinas que deverá contribuir para importante economia de custos; a expansão em Metais Sanitários no distrito industrial de Jundiá (SP); a aquisição de terra e plantio de florestas para fazer frente à expansão da capacidade de MDF e MDP; e a conclusão da aquisição da Cerâmica Monte Carlo S.A. – Cabo de Santo Agostinho (PE) e da Ideal Standard do Brasil – Jundiá (SP).

Itautec

A receita bruta de vendas e serviços do primeiro semestre de 2008 atingiu R\$ 881,9 milhões, apresentando crescimento de 13,4% em relação ao mesmo período de 2007, resultado do crescimento das vendas de produtos de informática e de revenda das subsidiárias Tallard, e também, da expansão da receita da área de Serviços. O lucro bruto atingiu R\$ 151,4 milhões, representando uma margem bruta de 19,1%, inferior à registrada no primeiro semestre de 2007, conseqüência de reduções de preços decorrentes do aumento da oferta verificada no setor e da valorização do real frente ao dólar.

O EBITDA foi de R\$ 56,4 milhões, resultando numa margem EBITDA de 7,1%, e a geração operacional de caixa acumulada atingiu R\$ 54,6 milhões. O lucro líquido do período foi de R\$ 28,0 milhões. Em março deste ano, foi apurado lucro líquido de R\$ 3,8 milhões, referente à venda do último imóvel da empresa em Manaus, resultando para o semestre um lucro líquido recorrente de R\$ 24,2 milhões. O total do ativo ao final do semestre foi R\$ 1.046,9 milhões, e o patrimônio líquido ficou em R\$ 443,3 milhões.

A receita bruta da área de informática atingiu R\$ 351,4 milhões, resultado 23,2% superior ao registrado no primeiro semestre de 2007. Foram comercializados, no período, 205,3 mil microcomputadores e servidores, volume 49,1% superior em relação ao mesmo período do ano anterior, com destaque para as vendas de *notebooks*, que apresentaram crescimento de 283% no semestre, atingindo 84,8 mil unidades.

As vendas de *notebooks* representaram 41,4% do número de unidades comercializadas de PCs no primeiro semestre, com forte expansão nas vendas para o varejo, segmento responsável por 79,3% das unidades comercializadas. Essa expansão é o resultado combinado da maior demanda por mobilidade por parte dos consumidores e da queda do dólar, que possibilitou a oferta dos equipamentos com preços acessíveis.

A receita bruta da área de Serviços foi R\$ 195,8 milhões, 12,5% superior à obtida no mesmo período do ano anterior e, equivalente a 30,4% do total do faturamento da empresa no Brasil. A receita bruta da área de Automações atingiu R\$ 96,9 milhões, 13,5% inferior em relação ao primeiro semestre de 2007, em função da redução do número de equipamentos comercializados. A receita bruta das operações das subsidiárias da Itautec no exterior, somada às receitas das exportações do Brasil, atingiu R\$ 21,8 milhões no 1º semestre de 2008. A receita bruta das operações de distribuição das subsidiárias Tallard atingiu R\$ 216,0 milhões, representando 24,5% do total do faturamento consolidado do Grupo Itautec e com um crescimento de 14,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Elekeiroz

O consumo aparente nacional de produtos químicos de uso industrial cresceu 1,6% em relação a idêntico período de 2007. A produção brasileira recuou 6%, decorrente das paradas para manutenção programada das centrais petroquímicas do Rio Grande do Sul e da Bahia, e as importações aumentaram 8%, elevando em 85% o déficit externo específico do setor, que alcançou US\$ 10 bilhões. As margens de todo o setor mantiveram-se pressionadas pelo aumento no preço da nafta petroquímica de 51% em dólares e 25% em reais.

Apesar desse cenário pouco favorável, a empresa obteve resultados superiores aos alcançados no primeiro semestre de 2007. A Elekeiroz expediu, no período, 250,4 mil toneladas comparáveis às 250,6 mil toneladas em 2007. Ao mercado interno foram expedidas 225,5 mil toneladas (+5%) e ao mercado externo, apenas 24,9 mil toneladas (-31%), devido às dificuldades de recuperação imediata do ICMS na Bahia incidente sobre as matérias-primas empregadas, e também, pelo câmbio desfavorável.

As receitas bruta e líquida cresceram 10,8% e 9,1%, alcançando, respectivamente, R\$ 576,3 milhões e R\$ 462,0 milhões. A receita bruta para o mercado interno aumentou 22% (R\$ 503,0 milhões) e as exportações foram reduzidas em 32% (R\$ 73,3 milhões). O lucro operacional (R\$ 54,7 milhões) cresceu 44,8% e o lucro líquido 39,3% (R\$ 38,4 milhões). O EBITDA (R\$ 70,9 milhões) aumentou em 21,0% e a margem de EBITDA elevou-se para 15,3% (13,8% em 2007). O investimento de R\$ 20,7 milhões foi dirigido à continuidade dos programas de aumento da produtividade, redução dos custos operacionais e aumentos incrementais da capacidade de produção.

GESTÃO DE PESSOAS

A Itaúsa e suas controladas contavam com mais de 83 mil colaboradores em 30 de junho de 2008. No semestre, foram investidos R\$ 47 milhões em programas de educação, treinamento e desenvolvimento. O montante aplicado em remuneração fixa das equipes, somado aos encargos e benefícios, somou R\$ 2.779 milhões. Os benefícios sociais para colaboradores e dependentes, no valor de R\$ 451 milhões, englobam aposentadoria complementar, alimentação, assistência médico-odontológica, serviços de assistência social, atividades de lazer, esporte e cultura, empréstimos com taxas de juros subsidiadas, seguros, vales-transporte, doações e concessões especiais, entre outros.

DESTAQUES SOCIOAMBIENTAIS E CULTURAIS

No primeiro semestre de 2008, as empresas controladas pela Itaúsa investiram R\$ 56 milhões em projetos sociais e culturais.

No âmbito das finanças sustentáveis, o Itaú assinou em abril um contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para repasse do Programa de Apoio a Projetos de Eficiência Energética (Proesco). O Fundo Ecomudança atingiu patrimônio de R\$ 89 milhões no primeiro semestre de 2008. O limite de operações com organizações de microcrédito aumentou em 100%, atingindo o valor de R\$ 14 milhões.

O Fundo Itaú Excelência Social (FIES) iniciou o processo de acompanhamento dos projetos selecionados em 2007 junto às 20 organizações apoiadas que realizam suas atividades voltadas às áreas de Educação Infantil, Ambiental e para o Trabalho.

Na agenda de sustentabilidade do Itaú Holding, merece destaque o lançamento do Prêmio Itaú de Finanças Sustentáveis, desenvolvido em parceria com o Instituto Ethos e a consultoria SustainAbility, e os dois primeiros debates do ciclo de 2008 dos *Diálogos Itaú de Sustentabilidade* com os temas “Mercado de Crédito de Carbono: cenários, perspectivas e desafios” e “Sustentabilidade nos Negócios: Diferencial ou Condição?”, em São Paulo e Porto Alegre, respectivamente. Na América Latina patrocinou o *Carbon Disclosure Project (CDP)*, relatório que disponibiliza informações a respeito do impacto provocado pelas emissões de gases de efeito estufa e mudanças climáticas nos resultados das companhias. Os eventos, ocorridos em julho – no Chile, México e Argentina – tiveram o objetivo de apresentar o CDP para as empresas desses países e convidá-las a participarem do relatório.

A Duratex investiu em ações direcionadas ao meio ambiente R\$ 6,5 milhões, sendo destaque o tratamento de efluentes, a coleta de resíduos, e a manutenção de áreas florestais. Já a Itaútec, com o intuito de promover a conscientização ambiental nos colaboradores e contribuir para redução de impactos no meio ambiente, iniciou nos prédios administrativos o Programa de Coleta Seletiva.

As ações sócio-ambientais da Elekeiroz, em atendimento e em conjunto com as comunidades locais, totalizaram investimentos de R\$ 5,5 milhões no semestre. Destacaram-se aquelas voltadas à educação e conscientização ambientais realizadas com a Prefeitura Municipal de Várzea Paulista, os alunos da Rede Municipal de Ensino, os agentes de trânsito, a Defesa Civil, a Guarda Municipal e funcionários. Os treinamentos de prevenção e combate a incêndios e a acidentes ambientais, o plantio de mudas de árvores em áreas de preservação, os programas de economia de água e energia por meio das Comissões Internas específicas (CIEA e CIEE), e a reciclagem de materiais, foram algumas das ações específicas realizadas. Também no semestre, a Elekeiroz obteve da Cetesb a renovação de todas as suas licenças de operação para suas atividades em Várzea Paulista, em São Paulo.

Dentre as iniciativas da Fundação Itaú Social, merecem destaque: a Olimpíada de Língua Portuguesa, lançada em fevereiro, em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e com coordenação do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), que obteve adesão de todos os estados brasileiros, atingindo mais de 5 mil municípios; a continuidade do Itaú Criança que, no primeiro semestre, revisitou as escolas adotadas em 2007; e a continuidade do Programa Melhoria da Educação no Município, abrangendo 66 municípios. Além disso, em abril, foi lançada, em parceria com a rádio Bandeirantes, a 8ª edição do Prêmio Escola Voluntária.

Dentre as iniciativas do Instituto Itaú Cultural, no período, destacam-se a exposição Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade na Coleção Itaú Moderno, no Museu de Arte de São Paulo, visitada por 110.417 pessoas entre fevereiro e maio; e as exposições Quase Líquido e H2Olhos, realizadas entre março e maio, que tiveram público de 69 mil pessoas aproximadamente. Além disso, o Itaú Cultural marcou presença em eventos internacionais, com a exposição Synthetic Times, em Pequim, China, com a apresentação da obra OP_ERA Sonic Dimension, pertencente ao acervo da instituição; e com a mostra fotográfica Sutil Violento, no Museu Nacional de Artes Visuais de Montevidéu, no Uruguai, entre março e abril. Também foram firmadas parcerias com o CineBrasil TV e a Associação Brasileira de Televisão Universitária (ABTU), que engloba 45 TVs universitárias. Houve distribuição gratuita de 21.972 produtos a instituições culturais e educativas e a emissoras de TV no Brasil e no exterior.

AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO CVM nº 381

. Procedimentos adotados pela Sociedade

A política de atuação da Itaúsa e empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a junho de 2008, não foram prestados pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Conforme estabelecido na instrução CVM nº 381, relacionamos os outros serviços prestados e sua data de contratação:

- 28 de Fevereiro de 2008 – Contrato de utilização de biblioteca eletrônica relativa a regras internacionais de contabilidade – Itaú Holding – Brasil (PWC)
- 28 de Março de 2008 - Contrato de prestação de serviços de consultoria relacionados aos Impostos Trabalhistas e Avaliação Internacional Risco – Agência Londres - Banco Itaú Europa S.A. (PWC)
- 09 de Junho de 2008 – Contrato de prestação de serviços para apuração e comparação de índices de eficiência operacional com o mercado – Banco Itaú Argentina S.A. (PWC)
- 24 de junho de 2008 - Participação em Seminário sobre Preços e Transferência – Banco Itaú Europa S.A. (PWC)
- 25 de Junho de 2008 – Contrato de prestação de serviços de assessoria no reconhecimento do ágio para fins fiscais a ser submetido à aprovação da autoridade fiscal – Banco Itaú Europa Luxemburgo S.A. (PWC)

. Justificativa dos Auditores Independentes

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados a Itaúsa e suas controladas/coligadas. A política de atuação com a Itaúsa na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente, todos observados na prestação dos referidos serviços.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas e clientes pela confiança que procuramos retribuir com a obtenção de resultados diferenciados e a disponibilização de produtos e serviços de qualidade, e aos nossos colaboradores pelo talento que tem proporcionado o crescimento sustentável de nossos negócios.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 11.08.2008).

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

OLAVO EGYDIO SETUBAL

Vice-Presidente

MARIA DE LOURDES EGYDIO VILLELA

Conselheiros

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO

JOSÉ CARLOS MORAES ABREU

PAULO SETUBAL

CONSELHO FISCAL

Presidente

JOSÉ MARCOS KONDER COMPARATO

Conselheiros

ARTEMIO BERTHOLINI

PAULO RICARDO MORAES AMARAL

DIRETORIA

Diretor Presidente e Diretor Geral

OLAVO EGYDIO SETUBAL

Diretores Vice-Presidentes Executivos

JAIRO CUPERTINO

ROBERTO EGYDIO SETUBAL (*)

Diretores Executivos

RENATO ROBERTO CUOCO

COMITÊ DE DIVULGAÇÃO E NEGOCIAÇÃO

ROBERTO EGYDIO SETUBAL

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO

PAULO SETUBAL

(*) *Diretor de Relações com Investidores*

Contador

REGINALDO JOSÉ CAMILO

CT-CRC-1SP - 114.497/O – 9

BANCO ITAÚ HOLDING FINANCEIRA S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

OLAVO EGYDIO SETUBAL

Vice-Presidentes

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO
 JOSÉ CARLOS MORAES ABREU
 ROBERTO EGYDIO SETUBAL

Conselheiros

ALCIDES LOPES TÁPIAS
 ALFREDO EGYDIO SETUBAL
 CARLOS DA CAMARA PESTANA
 FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER
 GUILLERMO ALEJANDRO CORTINA
 GUSTAVO JORGE LABOISSIERE LOYOLA
 HENRI PENCHAS
 PERSIO ARIDA
 RICARDO VILLELA MARINO
 ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA
 SERGIO SILVA DE FREITAS
 TEREZA CRISTINA GROSSI TOGNI

DIRETORIA

Diretor Presidente

ROBERTO EGYDIO SETUBAL

Vice-Presidentes Executivos

ALFREDO EGYDIO SETUBAL (*)
 CANDIDO BOTELHO BRACHER

Diretores Executivos

ANTONIO CARLOS BARBOSA DE OLIVEIRA
 RODOLFO HENRIQUE FISCHER
 SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA WERLANG
 SILVIO APARECIDO DE CARVALHO

Diretores Gerentes

JACKSON RICARDO GOMES
 JOSÉ EDUARDO LIMA DE PAULA ARAUJO
 MARCO ANTONIO ANTUNES
 WAGNER ROBERTO PUGLIESE

CONSELHO CONSULTIVO INTERNACIONAL

Presidente

ROBERTO EGYDIO SETUBAL

Membros

ARTUR EDUARDO BROCHADO DOS SANTOS SILVA
 CARLOS DA CAMARA PESTANA
 FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER
 HENRI PENCHAS
 JOSÉ CARLOS MORAES ABREU
 MARIA DE LOURDES EGYDIO VILLELA
 ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA
 RUBENS ANTONIO BARBOSA
 SERGIO SILVA DE FREITAS

COMITÊ DE GESTÃO DE RISCOS E DE CAPITAL

Presidente

ROBERTO EGYDIO SETUBAL

Membros

CANDIDO BOTELHO BRACHER
 GUSTAVO JORGE LABOISSIERE LOYOLA
 HENRI PENCHAS
 PERSIO ARIDA
 RICARDO VILLELA MARINO
 RODOLFO HENRIQUE FISCHER
 SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA WERLANG

(*) Diretor de Relações com Investidores

CONSELHO CONSULTIVO

FERNANDO DE ALMEIDA NOBRE NETO
 LICIO MEIRELES FERREIRA
 LUIZ EDUARDO CAMPELLO

COMITÊ DE NOMEAÇÃO E REMUNERAÇÃO

Presidente

OLAVO EGYDIO SETUBAL

Membros

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO
 CARLOS DA CAMARA PESTANA
 FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER
 JOSÉ CARLOS MORAES ABREU
 ROBERTO EGYDIO SETUBAL
 ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA

COMITÊ DE AUDITORIA

Presidente

CARLOS DA CAMARA PESTANA

Membros

ALCIDES LOPES TÁPIAS
 GUSTAVO JORGE LABOISSIERE LOYOLA
 TEREZA CRISTINA GROSSI TOGNI

COMITÊ DE DIVULGAÇÃO E NEGOCIAÇÃO

Presidente

ALFREDO EGYDIO SETUBAL

Membros

ALCIDES LOPES TÁPIAS
 ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO
 ANTONIO CARLOS BARBOSA DE OLIVEIRA
 ANTONIO JACINTO MATIAS
 HENRI PENCHAS
 ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA
 SILVIO APARECIDO DE CARVALHO
 TEREZA CRISTINA GROSSI TOGNI

CONSELHO FISCAL

Presidente

IRAN SIQUEIRA LIMA

Conselheiros

ALBERTO SOZIN FURUGUEM
 MARCOS DE ANDRADE REIS VILLELA

COMITÊ DE POLÍTICAS CONTÁBEIS

Presidente

ROBERTO EGYDIO SETUBAL

Membros

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO
 ALFREDO EGYDIO SETUBAL
 ANTONIO CARLOS BARBOSA DE OLIVEIRA
 HENRI PENCHAS
 SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA WERLANG
 SILVIO APARECIDO DE CARVALHO
 TEREZA CRISTINA GROSSI TOGNI

ITAÚSA EUROPA - INVESTIMENTOS SGPS LDA.

CONSELHO DE GERÊNCIA

ALMIR VIGNOTO (Gerente Delegado)
CARLOS DA CAMARA PESTANA
HENRI PENCHAS
JOSÉ CARLOS MORAES ABREU
JOSÉ FRANCISCO CLARO
MARIA DE LOURDES EGYDIO VILLELA
OLAVO EGYDIO SETUBAL
PAULO SETUBAL
ROBERTO EGYDIO SETUBAL

BANCO ITAÚ EUROPA S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

ROBERTO EGYDIO SETUBAL

Vice-Presidente

CARLOS DA CAMARA PESTANA

Vogais

ALFREDO EGYDIO SETUBAL
ALMIR VIGNOTO
ANDRÉ LUIZ HELMEISTER
CANDIDO BOTELHO BRACHER
HENRI PENCHAS
JEAN MARTIN SIGRIST JÚNIOR
JORGE ALBERTO O. V. JARDIM GONÇALVES
JOSÉ FRANCISCO CLARO
LYWAL SALLES FILHO
ROBERTO MASSARU NISHIKAWA
RODOLFO HENRIQUE FISCHER
SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA WERLANG

COMISSÃO EXECUTIVA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

ALMIR VIGNOTO

Vogais

ANDRÉ LUIZ HELMEISTER
JEAN MARTIN SIGRIST JÚNIOR
JOSÉ FRANCISCO CLARO
JORGE ALBERTO O. V. JARDIM GONÇALVES

CONSELHO FISCAL

Presidente

JOSÉ MATA SOUSA MENDES

Vogais

JOAO MANUEL RICARDO CATARINO
MANUEL CARLOS TEIXEIRA DE ABREU

Membro Independente

PRICEWATERHOUSECOOPERS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE
DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

DURATEX S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
OLAVO EGYDIO SETUBAL

Vice-Presidentes
LAERTE SETUBAL FILHO
PAULO SETUBAL

Conselheiros
ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO
JAIR RIBEIRO DA SILVA NETO
JAIRO CUPERTINO
JOSÉ CARLOS MORAES ABREU
RICARDO EGYDIO SETUBAL
RODOLFO VILLELA MARINO

CONSELHO FISCAL

Presidente
PAULO RICARDO MORAES AMARAL

Conselheiros
IRAN SIQUEIRA LIMA
RICARDO GUARANYS DE OLIVEIRA CASTRO

COMITÊ DE OPÇÕES

Membros
OLAVO EGYDIO SETUBAL
JOSÉ CARLOS MORAES ABREU
PAULO SETUBAL

DIRETORIA

Diretor Presidente
PAULO SETUBAL

Diretores Vice-Presidentes Executivos
GUILHERME ARCHER DE CASTILHO
PLINIO DO AMARAL PINHEIRO (*)
RAUL PENTEADO

Diretores Executivos
ENRIQUE JUDAS MANUBENS
MÁRIO COLOMBELLI FILHO

Diretores Gerentes
ALEXANDRE COELHO NETO DO NASCIMENTO
ANTONIO JOAQUIM DE OLIVEIRA
ANTONIO MASSINELLI
ELCIDIR ELCIO BERMUSI
FLÁVIO DIAS SOARES
MARCO ANTONIO MILLEO

COMITÊ DE DIVULGAÇÃO E NEGOCIAÇÃO

Membros
PAULO SETUBAL
ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO
PLINIO DO AMARAL PINHEIRO

(*) Diretor de Relações com Investidores

ITAUTEC S.A. - GRUPO ITAUTEC

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
OLAVO EGYDIO SETUBAL

Vice-Presidente
JOSÉ CARLOS MORAES ABREU

Conselheiros
ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO
JAIRO CUPERTINO
OLAVO EGYDIO SETUBAL JÚNIOR
PAULO SETUBAL
RENATO ROBERTO CUOCO
RODOLFO VILLELA MARINO

COMITÊ DE OPÇÕES

Presidente
OLAVO EGYDIO SETUBAL

Membros
JOSÉ CARLOS MORAES ABREU
PAULO SETUBAL

DIRETORIA

Diretor Presidente
PAULO SETUBAL

Diretor Geral
GUILHERME ARCHER DE CASTILHO

Diretores Vice-Presidentes Executivos
CLÁUDIO VITA FILHO
RAUL PENTEADO
RICARDO EGYDIO SETUBAL (*)

Diretor Executivo
WILTON RUAS DA SILVA

COMITÊ DE DIVULGAÇÃO

Membros
RICARDO EGYDIO SETUBAL
PAULO SETUBAL
GUILHERME ARCHER DE CASTILHO
RAUL PENTEADO

(*) Diretor de Relações com Investidores

ELEKEIROZ S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
OLAVO EGYDIO SETUBAL

Vice-Presidentes
ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO
JOSÉ CARLOS MORAES ABREU
PAULO SETUBAL

Conselheiros
CESAR CALVO HUIDOBRO
OLAVO EGYDIO SETUBAL JÚNIOR
RAUL PENTEADO
REINALDO RUBBI
RODOLFO VILLELA MARINO

COMITÊ DE OPÇÕES

Presidente
OLAVO EGYDIO SETUBAL

Membros
JOSÉ CARLOS MORAES ABREU
PAULO SETUBAL

DIRETORIA

Diretor Presidente
PAULO SETUBAL

Diretor Geral
REINALDO RUBBI (*)

Diretores
CARLOS CALVO SANZ
RICARDO JOSÉ BARALDI

COMITÊ DE DIVULGAÇÃO

Membros
REINALDO RUBBI
PAULO SETUBAL

(*) Diretor de Relações com Investidores

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

(Em Milhares de Reais)

ATIVO	30/06/2008	30/06/2007
Circulante	268.068.201	203.575.937
Disponível	5.651.662	4.549.285
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Notas 4a e 5)	67.179.389	37.137.215
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Notas 4b, 4c e 6)	62.238.991	54.254.199
Títulos e Valores Mobiliários	33.145.038	31.235.308
Instrumentos Financeiros Derivativos	4.583.087	3.415.539
Recursos Garantidores das Provisões Técnicas - Cotas de Fundos de PGBL/VGBL (Nota 11b)	21.148.807	16.641.184
Recursos Garantidores das Provisões Técnicas - Outros Títulos (Nota 11b)	3.362.059	2.962.168
Relações Interbancárias de Controladas	20.383.216	16.509.924
Operações de Crédito, Arrend. Merc. Financeiro e Outros Créditos (Nota 7)	81.650.911	58.232.593
Operações com Características de Concessão de Crédito (Nota 4d)	86.540.354	62.671.561
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 4e)	(4.889.443)	(4.438.968)
Estoques (Notas 4f e 8)	706.376	561.264
de Produtos	701.052	551.764
de Imóveis	5.324	9.500
Outros Créditos	28.063.502	30.459.560
Carteira de Câmbio (Nota 9)	15.146.148	19.035.769
Créditos Tributários (Nota 14b I)	3.575.971	3.058.874
Diversos (Nota 13a)	9.442.545	8.467.276
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(101.162)	(102.359)
Outros Valores e Bens (Notas 4g e 13b)	286.845	316.768
Despesas Antecipadas (Notas 4h e 13c)	1.907.309	1.555.129
Não Circulante	81.030.647	56.658.481
Realizável a Longo Prazo	75.367.497	51.296.653
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Notas 4a e 5)	898.018	1.670.568
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Notas 4b, 4c e 6)	10.241.907	8.738.256
Títulos e Valores Mobiliários	8.119.645	6.953.396
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.370.331	1.148.303
Recursos Garantidores das Provisões Técnicas - Outros Títulos (Nota 11b)	751.931	636.557
Relações Interbancárias de Controladas	404.553	394.706
Operações de Crédito, Arrend. Merc. Financeiro e Outros Créditos (Nota 7)	44.840.984	29.401.209
Operações com Características de Concessão de Crédito (Nota 4d)	48.339.090	32.875.911
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 4e)	(3.498.106)	(3.474.702)
Outros Créditos	16.006.702	9.754.299
Carteira de Câmbio (Nota 9)	4.453.425	-
Créditos Tributários (Nota 14b I)	4.624.075	4.121.689
Diversos (Nota 13a)	6.929.202	5.632.610
Outros Valores e Bens (Nota 4g e 13b)	13.439	4.934
Despesas Antecipadas (Notas 4h e 13c)	2.961.894	1.332.681
Permanente	5.663.150	5.361.828
Investimentos (Notas 4i e 15a II)	1.286.137	1.148.485
Participações em Coligadas	1.014.266	856.736
Outros Investimentos	271.871	291.749
Imobilizado (Notas 4j e 15b)	3.587.875	3.380.702
de Uso Próprio	8.585.212	8.236.265
de Locação	83.782	93.812
Reservas Florestais	153.939	118.123
(Depreciações Acumuladas)	(5.235.058)	(5.067.498)
Intangível (Nota 15b)	7.258	9.837
Diferido (Notas 4k e 15b)	781.880	822.804
Gastos de Organização e Expansão	1.336.317	1.630.888
(Amortização Acumulada)	(554.437)	(808.084)
TOTAL DO ATIVO	349.098.848	260.234.418

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

(Em Milhares de Reais)

PASSIVO	30/06/2008	30/06/2007
Circulante	189.098.883	147.976.024
Recursos Captados por Controladas (Notas 4a e 10)	137.818.805	99.603.528
Moeda Estrangeira	8.967.017	7.484.270
Moeda Nacional	72.479.700	65.863.331
Mercado Aberto	56.372.088	26.255.927
Dívidas Subordinadas (Nota 10)	641.876	1.394.799
Instrumentos Financeiros Derivativos (Notas 4c e 6b)	3.544.303	2.859.136
Obrigações por Empréstimos (Nota 4a)	318.245	251.714
Moeda Estrangeira	177.941	87.307
Moeda Nacional	140.304	164.407
Obrigações Sociais e Estatutárias	1.915.271	1.637.832
Obrigações Fiscais e Previdenciárias (Nota 14c)	2.982.468	1.797.147
Outras Obrigações	33.197.272	33.633.419
Carteira de Câmbio (Nota 9)	15.815.456	19.316.807
Operações com Cartões de Crédito	7.830.344	6.314.069
Securitização de Ordens de Pagamento no Exterior (Nota 10)	194.774	166.895
Diversas (Nota 13d)	9.356.698	7.835.648
Relações Interbancárias de Controladas	6.593.732	4.091.304
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização (Notas 4I e 11a)	2.086.911	2.707.145
Não Circulante	124.421.272	80.646.294
Exigível a Longo Prazo	124.421.272	80.646.294
Recursos Captados por Controladas (Notas 4a e 10)	67.370.942	39.532.056
Moeda Estrangeira	5.434.377	4.183.336
Moeda Nacional	22.164.991	11.670.794
Mercado Aberto	39.771.574	23.677.926
Dívidas Subordinadas (Nota 10)	11.917.610	9.230.335
Instrumentos Financeiros Derivativos (Notas 4c e 6b)	1.252.946	1.290.642
Obrigações por Empréstimos (Nota 4a)	710.126	334.877
Moeda Estrangeira	187.166	160.818
Moeda Nacional	522.960	174.059
Obrigações Fiscais e Previdenciárias (Nota 14c)	10.300.825	7.662.127
Outras Obrigações	8.318.924	3.793.625
Carteira de Câmbio (Nota 9)	4.440.116	-
Securitização de Ordens de Pagamento no Exterior (Nota 10)	747.099	1.126.383
Diversas (Nota 13d)	3.131.709	2.667.242
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização (Notas 4I e 11a)	24.549.899	18.802.632
Resultado de Exercícios Futuros (Nota 4o)	120.038	117.833
Participações Minoritárias (Nota 20c)	18.869.123	16.931.767
Patrimônio Líquido da Controladora (Nota 16)	16.589.532	14.562.500
Capital Social	10.000.000	7.500.000
Reservas de Capital	28.125	27.576
Reservas de Reavaliação	30.324	40.597
Reservas de Lucros	6.654.239	6.901.730
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Derivativos (Notas 4b, 4c e 6a)	(77.652)	92.597
(-) Ações em Tesouraria	(45.504)	-
Patrimônio Líquido do Conglomerado Itaúsa	35.458.655	31.494.267
TOTAL DO PASSIVO	349.098.848	260.234.418

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO
 (Em Milhares de Reais)

	01/01 a 30/06/2008	01/01 a 30/06/2007
RECEITAS OPERACIONAIS	30.699.652	27.189.013
Vendas de Produtos e Serviços	7.111.266	6.773.381
Seguros, Previdência e Capitalização	5.322.575	4.445.967
Financeiras	11.852.788	10.588.352
Resultado Financeiro das Operações com Seguros, Previdência e Capitalização (Nota 11c)	1.228.435	1.136.834
Valores Mobiliários	4.893.238	3.923.915
Resultado de Participações em Coligadas (Nota 15a II)	(20.483)	49.212
Outras Receitas Operacionais (Nota 13e)	311.833	271.352
DESPESAS OPERACIONAIS	(24.138.161)	(21.089.691)
Custo dos Produtos e Serviços	(1.525.185)	(1.307.981)
Seguros, Previdência e Capitalização	(4.636.657)	(3.844.848)
Patrimoniais	(3.499.504)	(3.289.797)
Administrativas	(5.769.612)	(5.255.180)
Honorários da Diretoria	(136.603)	(104.032)
Financeiras	(4.978.538)	(3.994.407)
Despesas Financeiras de Provisões Técnicas de Previdência e Capitalização (Nota 11c)	(992.443)	(919.745)
Outras Despesas Operacionais (Nota 13f)	(2.599.619)	(2.373.701)
RESULTADO OPERACIONAL	6.561.491	6.099.322
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 13g)	(122.043)	906.949
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	6.439.448	7.006.271
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 4n e 14a I)	(2.014.695)	(2.436.557)
Devidos sobre Operações do Período	(2.182.544)	(2.348.529)
Referentes a Diferenças Temporárias	167.849	(88.028)
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	(464.529)	(313.905)
Empregados - Lei nº 10.101 de 19/12/2000	(344.934)	(254.000)
Administradores - Estatutárias - Lei nº 6.404 de 15/12/1976	(119.595)	(59.905)
LUCRO LÍQUIDO DO CONGLOMERADO	3.960.224	4.255.809
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NAS SUBSIDIÁRIAS (Nota 20c)	(2.404.535)	(2.333.102)
LUCRO LÍQUIDO DA CONTROLADORA	1.555.689	1.922.707
NÚMERO DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO - Em Milhares	3.881.480	3.528.909
LUCRO LÍQUIDO DA CONTROLADORA POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$	400,80	544,84
VALOR PATRIMONIAL DA CONTROLADORA POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$	4.274,02	4.126,63
EXCLUSÃO DOS EFEITOS NÃO RECORRENTES (Nota 20d)	470.530	39.929
LUCRO LÍQUIDO DA CONTROLADORA SEM OS EFEITOS NÃO RECORRENTES	2.026.219	1.962.636
LUCRO LÍQUIDO DA CONTROLADORA POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$	522,02	556,16
LUCRO LÍQUIDO DA CONTROLADORA POR LOTE DE MIL AÇÕES (SEM O EFEITO DA BONIFICAÇÃO EM 2008) - R\$	573,83	556,16

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADA

(Em Milhares de Reais)

	01/01 a 30/06/2008	01/01 a 30/06/2007
A - ORIGENS DOS RECURSOS	35.938.716	20.775.498
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.555.689	1.922.707
Itens que não representam movimento de Capital Circulante Líquido:		
Participação de Acionistas Minoritários	2.404.535	2.333.102
Depreciação e Amortização	334.786	396.873
Equiparação Patrimonial	20.483	(49.212)
Dividendos Recebidos de Coligadas	78.657	60.478
Outros	73.894	36.092
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	4.468.044	4.700.040
RECURSOS DE ACIONISTAS	250.549	300.752
Subscrições de Ações	250.000	300.000
Ágio na Subscrição de Ações	471	752
Reserva de Capital decorrente de Fração de Ações	78	-
RECURSOS DE TERCEIROS	31.220.123	15.774.706
Aumento do Exigível a Longo Prazo	32.200.453	13.646.071
Custo de Imóveis e de Bens do Ativo Permanente Alienados	39.305	324.163
Custo de Investimentos Alienados	6.469	4.335
Eliminação de Investimentos incluídos na consolidação no período	-	963.467
Varição do Resultado de Exercícios Futuros	2.666	(7.106)
Varição Líquida de Minoritários	(1.028.770)	843.776
B - APLICAÇÕES DE RECURSOS	14.327.688	15.821.758
Aumento do Realizável a Longo Prazo	11.983.486	13.694.999
Ajuste TVM e Derivativos em Controladas e Coligada	32.268	28.806
Imóveis Adquiridos e Outras Imobilizações	452.619	467.774
Investimentos no Período	203.592	63.442
Aumento do Ativo Diferido	114.124	415.846
Aquisição de Ações para Tesouraria	280.545	25.498
Dividendos Pagos a Acionistas Minoritários	764.052	648.127
Dividendos Propostos	497.002	477.266
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO (A-B)	21.611.028	4.953.740
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	21.611.028	4.953.740
No Início do Período	57.358.290	50.646.173
Ativo Circulante	231.122.582	170.708.888
Passivo Circulante	173.764.292	120.062.715
No Final do Período	78.969.318	55.599.913
Ativo Circulante	268.068.201	203.575.937
Passivo Circulante	189.098.883	147.976.024

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL

(Em Milhares de Reais)

ATIVO	30/06/2008	30/06/2007
Circulante	920.754	1.027.755
Disponível	126	39
Títulos e Valores Mobiliários (Notas 4b e 6a)	132.756	432.288
Créditos Tributários (Nota 14b I)	130.950	57.427
Outros Créditos Diversos (Nota 13a)	656.922	538.001
Não Circulante	17.803.014	15.679.249
Realizável a Longo Prazo	29.507	27.393
Títulos e Valores Mobiliários (Notas 4b e 6a)	34	33
Créditos Tributários (Nota 14b I)	409	3.789
Outros Créditos Diversos (Nota 13a)	29.064	23.571
Permanente	17.773.507	15.651.856
Investimentos	17.765.758	15.643.534
Participações em Controladas (Nota 15a I)	17.761.629	15.639.375
Outros Investimentos	4.129	4.159
Imobilizado (Nota 15b)	7.749	8.322
TOTAL DO ATIVO	18.723.768	16.707.004
PASSIVO	30/06/2008	30/06/2007
Circulante	625.877	491.893
Dividendos / JCP a Pagar	503.966	480.509
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	43.075	4.491
Outras Obrigações	78.836	6.893
Não Circulante	19.138	16.123
Exigível a Longo Prazo - Obrigações Fiscais e Previdenciárias	19.138	16.123
Patrimônio Líquido (Nota 16)	18.078.753	16.198.988
Capital Social	10.000.000	7.500.000
Reservas de Capital	28.125	27.576
Reservas de Reavaliação	30.324	40.597
Reservas de Lucros	8.143.460	8.538.218
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM (Notas 4b, 4c e 6a)	(77.652)	92.597
(-) Ações em Tesouraria	(45.504)	-
TOTAL DO PASSIVO	18.723.768	16.707.004

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 (Em Milhares de Reais)

	01/01 a 30/06/2008	01/01 a 30/06/2007
RECEITAS OPERACIONAIS	1.913.068	1.934.480
Valores Mobiliários	35.530	154.624
Resultado de Participações em Controladas (Nota 15a I)	1.873.796	1.777.891
Outras Receitas Operacionais	3.742	1.965
DESPESAS OPERACIONAIS	(94.790)	(28.605)
Patrimoniais	(431)	(438)
Administrativas	(12.670)	(10.791)
Honorários da Diretoria	(3.907)	(3.233)
Outras Despesas Operacionais (Nota 13f)	(77.782)	(14.143)
RESULTADO OPERACIONAL	1.818.278	1.905.875
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 13g)	(398.800)	(4.921)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	1.419.478	1.900.954
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 4n)	66.077	(2.181)
Devidos sobre Operações do Período	(47.199)	(31.052)
Referentes a Diferenças Temporárias	113.276	28.871
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	(3.076)	(2.915)
Administradores - Estatutárias - Lei nº 6.404 de 15/12/1976	(3.076)	(2.915)
LUCRO LÍQUIDO	1.482.479	1.895.858
NÚMERO DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO - Em Milhares (Nota 16a)	3.881.480	3.528.909
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$	381,94	537,24
VALOR PATRIMONIAL POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$	4.659,02	4.590,37
EXCLUSÃO DOS EFEITOS NÃO RECORRENTES (Nota 20d)	398.729	(44.496)
LUCRO LÍQUIDO DA CONTROLADORA SEM OS EFEITOS NÃO RECORRENTES	1.881.208	1.851.362
LUCRO LÍQUIDO DA CONTROLADORA POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$	484,66	524,63
LUCRO LÍQUIDO DA CONTROLADORA POR LOTE DE MIL AÇÕES (SEM O EFEITO DA BONIFICAÇÃO EM 2008) - R\$	532,76	524,63

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 16)

(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Capital				Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros			Ajuste a Valor de Mercado - TVM/ Derivativos	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Total
		Correção Monetária Lei nº 8.200	Ágio na Subscrição de Ações	Outras Reservas de Capital	Opções para Incentivos Fiscais		Legal	Lucros a Realizar	Estatutárias				
SalDOS em 31 de dezembro de 2006	5.200.000	25.013	182	-	1.629	43.318	872.249	239.650	8.151.835	96.691	(124.945)	-	14.505.622
Varição do Ajuste a Valor de Mercado - Controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.094)	-	3.614	(480)
Subscrição de Ações	300.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	300.000
Ágio na Emissão de Ações	-	-	752	-	-	-	-	-	-	-	-	-	752
Aumento de Capital com Reservas	2.000.000	-	-	-	-	-	-	-	(2.000.000)	-	-	-	-
Cancelamento Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	(150.443)	-	150.443	-	-
Aquisição de Ações para Tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.498)	-	(25.498)
Reversão/Realização de Reservas	-	-	-	-	-	(2.721)	-	-	-	-	-	2.721	-
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.895.858	1.895.858
Destinações:													
Legal	-	-	-	-	-	-	94.793	-	-	-	-	(94.793)	-
Estatutárias	-	-	-	-	-	-	-	-	1.330.134	-	-	(1.330.134)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(297.266)	(297.266)
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(180.000)	(180.000)
SalDOS em 30 de junho de 2007	7.500.000	25.013	934	-	1.629	40.597	967.042	239.650	7.331.526	92.597	-	-	16.198.988
SalDOS em 31 de dezembro de 2007	7.500.000	25.013	934	-	1.629	30.720	1.066.628	-	8.606.502	37.317	(30.502)	-	17.238.241
Varição do Ajuste a Valor de Mercado - Controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(114.969)	-	-	(114.969)
Subscrição de Ações	250.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	250.000
Ágio na Emissão de Ações	-	-	471	-	-	-	-	-	-	-	-	-	471
Aumento de Capital com Reservas	2.250.000	-	-	-	-	-	-	-	(2.250.000)	-	-	-	-
Cancelamento Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	(265.543)	-	265.543	-	-
Aquisição de Ações para Tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(280.545)	-	(280.545)
Reversão/Realização de Reservas	-	-	-	-	-	(396)	-	-	-	-	-	396	-
Reversão de JCP Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	3.024	-	-	-	3.024
Reserva de Capital decorrente de Fração de Ações	-	-	-	78	-	-	-	-	-	-	-	-	78
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.482.479	1.482.479
Destinações:													
Legal	-	-	-	-	-	-	74.124	-	-	-	-	(74.124)	-
Estatutárias	-	-	-	-	-	-	-	-	908.725	-	-	(908.725)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(277.526)	(277.526)
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(222.500)	(222.500)
SalDOS em 30 de junho de 2008	10.000.000	25.013	1.405	78	1.629	30.324	1.140.752	-	7.002.708	(77.652)	(45.504)	-	18.078.753

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
(Em Milhares de Reais)

	01/01 a 30/06/2008	01/01 a 30/06/2007
A - ORIGENS DOS RECURSOS	948.296	947.139
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.482.479	1.895.858
Itens que não representam movimento de Capital Circulante Líquido:		
Depreciação e Amortização	431	438
Equiparação Patrimonial	(1.474.435)	(1.771.906)
Dividendos Recebidos de Coligadas	674.688	517.213
Provisão para Perdas	(8)	(35)
Amortização de Ágios	9.386	4.451
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	692.541	646.019
RECURSOS DE ACIONISTAS	250.549	300.752
Subscrições de Ações	250.000	300.000
Ágio na Subscrição de Ações	471	752
Reserva de Capital decorrente de Frações de Ações	78	-
RECURSOS DE TERCEIROS	5.206	368
Aumento do Exigível a Longo Prazo	5.206	-
Diminuição do Realizável a Longo Prazo	-	368
B - APLICAÇÕES DOS RECURSOS	954.862	628.520
Aumento do Realizável a Longo Prazo	4.775	-
Imóveis Adquiridos e Outras Imobilizações	275	28
Investimentos no Período	172.265	121.899
Aquisição de Ações para Tesouraria	280.545	25.498
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Propostos	497.002	477.266
Diminuição do Exigível a Longo Prazo	-	3.829
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO (A-B)	(6.566)	318.619
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(6.566)	318.619
No Início do Período	301.443	217.243
Ativo Circulante	1.408.440	1.374.222
Passivo Circulante	1.106.997	1.156.979
No Final do Período	294.877	535.862
Ativo Circulante	920.754	1.027.755
Passivo Circulante	625.877	491.893

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PERÍODOS DE 01/01 A 30/06 DE 2008 E 2007

(Em Milhares de Reais)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A ITAÚSA – Investimentos Itaú S.A. (ITAÚSA) tem por objeto apoiar as empresas de cujo capital participar, através de estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão das aludidas empresas, mobilizando recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco mediante subscrição ou aquisição de valores mobiliários que emitirem, objetivando o fortalecimento da posição no mercado de capitais e atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades, excetuadas as privativas de instituições financeiras.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da ITAÚSA e de suas controladas (ITAÚSA CONSOLIDADO) foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações sem considerar os efeitos da Lei nº 11.638, de 28/12/2007, a ser regulamentada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) (Nota 20e) e normativos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), do Banco Central do Brasil (BACEN), do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), que incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões.

A fim de possibilitar adequada análise do Lucro Líquido, é apresentado logo abaixo à Demonstração de Resultado Consolidado o “Lucro Líquido Sem os Efeitos não Recorrentes”, destacando-se esse efeito numa única rubrica denominada “Exclusão dos Efeitos não Recorrentes” (Nota 20d).

As Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro são apresentadas a valor presente no Balanço Patrimonial, e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas agrupadas em Receitas Financeiras na Demonstração do Resultado. As Operações de Adiantamento sobre Contratos de Câmbio são reclassificadas de Outras Obrigações – Carteira de Câmbio. O resultado de Câmbio é apresentado de forma ajustada, com a reclassificação de despesas e receitas, de maneira a representar exclusivamente a variação e diferenças de taxas incidentes sobre as contas patrimoniais representativas de moedas estrangeiras.

NOTA 3 – DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS

Os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações, entre as empresas consolidadas, são eliminados. Estão consolidados os Fundos de Investimentos Exclusivos de aplicação de empresas consolidadas. Os títulos e aplicações pertencentes às carteiras desses fundos estão classificados por tipo de operação e foram distribuídos por tipo de papel, nas mesmas categorias em que originalmente foram alocados. Os efeitos da Variação Cambial sobre os investimentos no exterior estão distribuídos nas linhas da Demonstração do Resultado, conforme a natureza das contas patrimoniais correspondentes.

A diferença no Lucro Líquido e Patrimônio Líquido entre ITAÚSA e ITAÚSA CONSOLIDADO (Nota 16d) resulta da eliminação dos lucros não realizados decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas, cujos tributos correspondentes foram diferidos, e da adoção de critérios distintos na amortização de ágios originados nas aquisições de investimentos e na constituição de créditos tributários.

Na ITAÚSA, os ágios registrados em controladas, originados substancialmente da aquisição do BankBoston (BKB) Brasil, Chile e Uruguai, do BankBoston International (BBI) e BankBoston Trust Company Limited (BBT), na parceria para a constituição das Financeiras Itaú CBD e Americanas Itaú e na aquisição de parte das ações do Banco BPI S.A. (BPI), são amortizados com base na expectativa de rentabilidade futura (10 anos) ou pela realização dos investimentos.

Na ITAÚSA CONSOLIDADO, esses ágios são integralmente amortizados nos exercícios em que ocorrem os investimentos, de modo a: a) permitir melhor comparabilidade com demonstrações contábeis consolidadas de períodos anteriores; e b) possibilitar a avaliação do Resultado e Patrimônio Líquido pela utilização de critérios conservadores.

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem a ITAÚSA e suas controladas diretas e indiretas, destacando-se:

	País de constituição	Participação (%)	
		30/06/2008	30/06/2007
ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS			
Afinco Américas Madeira, SGPS, Sociedade Unipessoal, Ltda	Portugal	45,35	44,64
Banco Fiat S.A.	Brasil	45,35	44,64
Banco Itaú Argentina S.A.	(1) Argentina	45,33	44,64
Banco Itaú BBA S.A.	Brasil	43,42	42,74
Banco Itaú Cartões S.A.	(2) Brasil	-	44,64
Banco Itaú Chile S.A.	Chile	45,35	44,64
Banco Itaú Europa Luxembourg S.A.	Luxemburgo	89,31	89,17
Banco Itaú Europa, S.A.	Portugal	89,33	89,19
Banco Itaú Holding Financeira S.A.	(3) Brasil	45,35	44,64
Banco Itaú S.A.	Brasil	45,35	44,64
Banco Itaú Uruguay S.A.	Uruguai	45,35	44,64
Banco ItauBank S.A.	Brasil	45,35	44,64
Banco Itaucard S.A.	Brasil	45,35	44,64
Banco Itaucred Financiamentos S.A.	Brasil	45,35	44,64
Banco Itauleasing S.A.	(4) Brasil	45,35	44,64
BIU Participações S.A.	(5) Brasil	18,89	18,60
Cia. Itaú de Capitalização	Brasil	45,35	44,64
FAI - Financeira Americanas Itaú S.A Crédito, Financiamento e Investimento	(5) Brasil	22,67	22,32
Fiat Administradora de Consórcios Ltda	Brasil	45,35	44,64
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	(6) Brasil	22,67	22,32
Itaú Administradora de Consórcios Ltda	Brasil	45,35	44,64
Itaú Bank, Ltd	(7) Ilhas Cayman	45,35	44,64
Itaú Corretora de Valores S.A.	Brasil	45,35	44,64
Itaú Seguros S.A.	Brasil	45,35	44,64
Itaú Vida e Previdência S.A.	Brasil	45,35	44,64
Itaú XL Seguros Corporativos S.A.	(6) Brasil	22,67	22,32
ItauBank Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	Brasil	45,35	44,64
Itaúsa Export S.A.	Brasil	87,85	87,70
Oca Casa Financiera S.A.	Uruguai	45,35	44,64
Orbitall Serviços e Processamento de Informações Comerciais S.A.	Brasil	45,35	44,64
Redecard S.A.	(3)(5) Brasil	10,53	14,26
ÁREA INDUSTRIAL			
Duratex S.A.	(3) Brasil	41,60	41,60
Elekeiroz S.A.	(3) Brasil	96,46	96,47
Itaúsa Empreendimentos S.A.	Brasil	99,96	99,96
Itautec S.A.	(3) Brasil	94,01	94,01

(1) Nova razão social do Banco Itaú Buen Ayre S.A. , homologada pelo Banco Central de La República Argentina em 24/07/2008;

(2) Empresa cindida em 31/07/2007 para o Banco Itaucard S.A. e Banco Itaú S.A;

(3) Companhia aberta;

(4) Nova razão social da Cia. Itauleasing de Arrendamento Mercantil, homologada pelo BACEN em 12/09/2007;

(5) Empresas com controle compartilhado incluídas proporcionalmente na consolidação;

(6) Empresa com controle compartilhado, incluída integralmente na consolidação, com autorização da CVM, em função da gestão do negócio pelo Banco Itaú Holding Financeira S.A. (ITAÚ HOLDING);

(7) Não contempla a participação das Ações Preferenciais Resgatáveis (Nota 10).

NOTA 4 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Recursos Captados por Controladas, Obrigações por Empréstimos e Repasses e Demais Operações Ativas e Passivas - As operações com cláusula de atualização monetária/cambial e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente, calculadas "pro rata die" com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados.

b) Títulos e Valores Mobiliários

I - Na ITAÚSA e nas controladas não financeiras (Área Industrial) estão escriturados ao custo de aquisição atualizado e ajustado por provisão para refletir o valor de mercado, quando este for inferior.

II - Nas controladas caracterizadas como instituições financeiras, empresas de seguros, previdência e capitalização e suas controladas (Área de Serviços Financeiros), registrados pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva e apresentados no Balanço Patrimonial conforme as Circulares nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN e nº 314, de 27/12/2005, da SUSEP. São classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para Negociação - títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos Disponíveis para Venda - títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido; e
- Títulos Mantidos até o Vencimento - títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando da transferência de outra categoria. Os títulos são atualizados até a data de vencimento, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no resultado como perdas realizadas.

III - Os efeitos da aplicação dos procedimentos descritos no item II acima, nas controladas da ITAÚSA da Área de Serviços Financeiros, refletidos por estas em conta destacada dos seus patrimônios líquidos ou em contas de resultado, foram igualmente registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado de equivalência patrimonial da controladora proporcionalmente ao percentual de participação.

c) Instrumentos Financeiros Derivativos - São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN. As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

- *Hedge* de Risco de Mercado – Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.
- *Hedge* de Fluxo de Caixa – A parcela efetiva de *hedge* dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva do *hedge* é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

- d) Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos (Operações com Característica de Concessão de Crédito)** - Registradas a valor presente, calculadas "pro rata die" com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas ("accrual") até o 60º dia de atraso nas empresas financeiras. Após o 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. Nas Operações com Cartões de Crédito estão incluídos os valores a receber, decorrentes de compras efetuadas pelos seus titulares. Os recursos correspondentes a esses valores estão contemplados em Outras Obrigações – Operações com Cartões de Crédito.
- e) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa** - Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas. Para as controladas do ramo financeiro, foram atendidas as normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN, dentre as quais se destacam:
- As provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência;
 - Considerando-se exclusivamente a inadimplência, as baixas de operações de crédito contra prejuízo ("write-offs") podem ser efetuadas após 360 dias do vencimento do crédito ou após 540 dias, para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.
- f) Estoques** - Avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização e, quando aplicável, reduzido por provisão para obsolescência. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.
- g) Outros Valores e Bens** - Compostos basicamente por Bens Não Destinados a Uso, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, próprios desativados ou recebidos em dação de pagamento. São ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes.
- h) Despesas Antecipadas** – Referem-se a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.
- i) Investimentos** - Em controladas e coligadas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as demonstrações contábeis das controladas no exterior adaptadas aos critérios contábeis vigentes em nosso país e convertidas para reais. Os demais estão registrados pelo valor de custo, corrigido monetariamente até 31/12/1995, e são ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes.
- j) Imobilizado** - Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada, corrigidos monetariamente até 31/12/1995 e ajustado a valor de mercado, para os imóveis relacionados às operações de seguros, previdência privada e capitalização, por reavaliação suportada por laudos técnicos.

Na Área Financeira, quanto às operações de Arrendamento Mercantil Operacional, os bens arrendados são demonstrados ao custo de aquisição menos depreciação acumulada. A depreciação dos bens arrendados é reconhecida pelo método linear no prazo de vida útil usual, considerando uma redução de 30% na vida útil do bem, se enquadrada nas condições previstas na Portaria nº 113, de 26/02/1988, do Ministério da Fazenda. Os valores a receber são registrados em arrendamentos a receber pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de rendas a apropriar. A apropriação em resultado ocorrerá na data da exigibilidade da contraprestação.

As depreciações são calculadas pelo método linear, sobre o custo corrigido, às seguintes taxas anuais:

Imóveis de uso	4%	a	8%
Instalações, móveis e equipamentos de uso e sistemas de segurança, transporte e comunicação	e 10%	a	25%
Sistemas de processamento de dados	20%	a	50%

- k) Diferido** - Os gastos diferidos de organização e expansão correspondem basicamente a benfeitorias em imóveis de terceiros, aquisição de softwares e aquisição de carteiras de clientes, amortizados em prazos de cinco a dez anos.
- l) Provisões Técnicas de Seguros, Previdência Complementar e Capitalização** - As provisões técnicas são calculadas de acordo com as notas técnicas aprovadas pela SUSEP e com os critérios estabelecidos pela Resolução nº 162, de 26/12/2006, do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e alterações promovidas pela Resolução nº 181, de 19/12/2007, do CNSP.

I - Seguros:

- Provisão de Prêmios não Ganhos – para riscos emitidos constituída para apurar a parcela de prêmios não ganhos a decorrer, calculado pro-rata dia, e para riscos não emitidos calculados por estimativa, conforme estudo técnico atuarial;
- Provisão de Insuficiência de Prêmios – constituída, de acordo com Nota Técnica Atuarial, se for constatada insuficiência da Provisão de Prêmios não Ganhos;
- Provisão de Sinistros a Liquidar - constituída com base nas notificações de sinistros, em valor suficiente para fazer face aos compromissos futuros, em discussões judiciais, onde o valor é determinado por peritos reguladores e assessores jurídicos que efetuam as avaliações com base na importância segurada e nas regulações técnicas, levando-se em conta a probabilidade de resultado desfavorável para a Seguradora.
- Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados – IBNR - constituída em função do montante esperado de sinistros ocorridos em riscos assumidos na carteira e não avisados.

II - Previdência Complementar e Seguro de Vida com Cobertura de Sobrevivência - Correspondem a obrigações assumidas sob forma de planos de aposentadoria, invalidez, pensão e pecúlio:

- Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e de Benefícios Concedidos - correspondem, respectivamente, aos compromissos assumidos com participantes, cuja percepção dos benefícios ainda não se iniciou e àqueles em gozo de benefícios;
- Provisão de Insuficiência de Contribuição – constituída quando constatada atuarialmente insuficiência das provisões matemáticas.
- Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados – IBNR - constituída em função do montante esperado de eventos ocorridos e não avisados;
- Provisão de Excedente Financeiro – constituída pela diferença entre as contribuições atualizadas diariamente pela Carteira de Investimentos com o fundo garantidor constituído, conforme regulamento do plano;
- Provisão de Oscilação Financeira – constituída de acordo com a metodologia prevista em Nota técnica atuarial para assegurar que os ativos financeiros sejam suficientes para a cobertura das provisões matemáticas.

III- Capitalização:

- Provisão Matemática para Resgates – representa a parcela de títulos de capitalização recebidos a serem resgatados;
- Provisão para Contingências de Sorteios – constituída de acordo com a metodologia prevista em Nota Técnica Atuarial para cobertura da provisão de sorteio a realizar em eventual insuficiência de recursos.

m) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias - São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Deliberação CVM nº 489, de 03/10/2005.

I - Ativos e Passivos Contingentes

Referem-se a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e a confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- **Passivos Contingentes:** decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Os Depósitos Judiciais em Garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

Contingências garantidas por cláusulas de indenização em processos de privatização e com liquidez são reconhecidas quando da notificação judicial, sendo reconhecidos simultaneamente os valores a receber, não gerando efeito no resultado.

II - Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão.

Os Exigíveis e os Depósitos Judiciais correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

n) Tributos – Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social (1)	9,00%
PIS (2)	1,65%
COFINS (2)	7,60%
ISS	até 5,00%

(1) A partir de 01/05/2008, para as controladas financeiras e equiparadas, a alíquota foi alterada de 9% para 15% conforme artigos 17 e 41 da Lei nº 11.727, de 24/06/2008.

(2) Para as controladas financeiras e equiparadas as alíquotas do PIS e da COFINS correspondem a 0,65% e 4%, respectivamente.

o) Resultado de Exercícios Futuros – Refere-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência do prazo e deságios na aquisição de investimentos, não absorvidos no processo de consolidação.

NOTA 5 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Apresentamos a seguir a composição da carteira de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez das controladas da Área de Serviços Financeiros:

	30/06/2008	30/06/2007
Aplicações no Mercado Aberto	55.860.648	23.760.056
Posição Bancada (*)	22.841.700	13.793.036
Posição Financiada	32.055.425	9.902.583
Com Livre Movimentação	991.725	71.617
Sem Livre Movimentação	31.063.700	9.830.966
Posição Vendida	963.523	64.437
Aplicações no Mercado Aberto - Recursos Garantidores das Provisões Técnicas - SUSEP	887.861	824.172
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	11.328.898	14.223.555
TOTAL	68.077.407	38.807.783

(*) Inclui R\$ 9.897.593 (R\$ 4.782.240 em 30/06/2007) referentes à Aplicação no Mercado Aberto com livre movimentação, cujos títulos estão vinculados à garantia de operações na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) e BACEN.

NOTA 6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVOS E PASSIVOS)

Apresentamos a seguir a composição da rubrica "Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos", classificados nas controladas da Área de Serviços Financeiros de acordo com as regras do BACEN e da SUSEP, demonstrados pelos seus valores de custo e de mercado, bem como os efeitos registrados diretamente no patrimônio líquido e resultado das controladas e da ITAÚSA.

a) Resumo

Descrição	Custo	Provisão para Ajuste a Valor de Mercado refletida no		Valor de Mercado	
		Resultado	Patrimônio Líquido	30/06/2008	30/06/2007
Itaúsa e Área Industrial					
Títulos e Valores Mobiliários	1.171.766	-	-	1.171.766	934.276
Instrumentos Financeiros Derivativos	2.239	(2.092)	-	147	17.655
Subtotal	1.174.005	(2.092)	-	1.171.913	951.931
Área de Serviços Financeiros (1)					
Títulos para Negociação (2)	44.362.753	(89.042)	-	44.273.711	37.657.683
Títulos Disponíveis para Venda	20.122.245	-	(141.196)	19.981.049	18.348.350
Títulos Mantidos até o Vencimento (3)	1.100.954	-	-	1.100.954	1.488.304
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.581.118	372.153	-	5.953.271	4.546.187
Subtotal	71.167.070	283.111	(141.196)	71.308.985	62.040.524
Impostos Diferidos			43.835		
Ajuste dos títulos reclassificados em exercícios anteriores para a categoria Mantidos até o Vencimento			19.666		
Ajuste de títulos de participações em coligadas não consolidadas			41.097		
Total do Ajuste a Valor de Mercado			(36.598)		
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativo)	72.341.075	281.019		72.480.898	62.992.455
Instrumentos Financeiros Derivativos - Itaúsa e Área Industrial	(27.750)	3.428		(24.322)	10.091
Instrumentos Financeiros Derivativos - Área Financeira	(4.826.601)	53.674		(4.772.927)	(4.159.869)
Total de Instrumentos Financeiros Derivativos (Passivo)	(4.854.351)	57.102		(4.797.249)	(4.149.778)
Participação de Minoritários			(41.054)		
Valor Destacado no Patrimônio Líquido da ITAÚSA			(77.652)		

(1) No período, não foram realizadas reclassificações entre categorias.

(2) Inclui a carteira de títulos dos planos de previdência PGBL e VGBL, no valor de R\$ 21.148.807 (R\$ 16.641.184 em 30/06/2007) cuja propriedade e os riscos envolvidos são de clientes, contabilizada como títulos e valores mobiliários, conforme determina a SUSEP, tendo como contrapartida, no passivo, a rubrica Provisões Técnicas de Previdência.

(3) Os títulos classificados nesta categoria, se avaliados a valor de mercado, apresentariam um ajuste positivo de R\$ 184.061 (ajuste positivo no valor de R\$ 219.845 em 30/06/2007).

Na ITAÚSA, o valor de R\$ 132.790 (R\$ 432.321 em 30/06/2007) é composto basicamente por Cotas de Fundos de Investimentos.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

A globalização dos mercados nos últimos anos proporcionou um alto nível de sofisticação nos produtos financeiros utilizados. Como consequência deste processo, houve uma crescente demanda por instrumentos financeiros derivativos para administrar riscos de mercado, resultantes basicamente de flutuações em taxas de juros, câmbio e preços de ativos, e de crédito, visando à proteção de *default* de contraparte. Desta forma, a ITAÚSA e suas controladas vêm operando de forma intensa nos mercados derivativos, tanto no atendimento às crescentes necessidades de seus clientes, como na execução de sua política de gestão de riscos. Tal política baseia-se na utilização dos instrumentos derivativos como forma de minimização dos riscos resultantes das operações comerciais e financeiras.

A maior parte dos contratos de derivativos, negociados pela instituição com clientes, no Brasil, são de operações de *swap* e futuros, todas registradas na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) ou na Câmara de Custódia e de Liquidação (CETIP). Os contratos futuros de DI e Dólar da BM&F são utilizados principalmente como instrumentos para trava de taxas de financiamentos oferecidos a clientes por prazos ou moedas descasados com os dos recursos utilizados para fundeá-los. No exterior realizam-se operações com contratos derivativos de futuros, termo, opções, *swaps* e créditos com registro principalmente nas Bolsas de Chicago, Nova York e Londres.

Os principais fatores de risco dos derivativos assumidos em 30/06/2008 eram relacionados à taxa de câmbio, taxa de juros, cupom de dólar e de TR, Libor e renda variável. O gerenciamento destes e de outros fatores de risco de mercado está apoiado em infra-estrutura de modelos determinísticos e estatísticos sofisticados. Com base neste modelo de gestão, a instituição tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo derivativos, maximizar as relações risco e retorno, mesmo em situações de grande volatilidade.

Quanto às operações envolvendo derivativos de crédito, a instituição realiza-os com o objetivo de otimizar a gestão de sua exposição ao risco de crédito de ativos de seu balanço.

As operações realizadas para administração do *portfolio* de crédito mitigam os riscos específicos da contraparte devedora, transferindo-os, total ou parcialmente, para a instituição vendedora de proteção. Tais riscos são monitorados diariamente face aos limites de crédito estabelecidos para cada contraparte, garantindo assim um adequado gerenciamento dos mesmos.

Normalmente os preços cotados em bolsa são os melhores estimadores de Valor Justo dos Instrumentos Financeiros. No entanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou mesmo cotações, sendo necessária neste caso a adoção de estimativas de valor presente e outras técnicas de precificação. Para a obtenção destes valores de mercado são adotados os seguintes critérios:

- *Swaps*: estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da BM&F e/ou nos preços de mercado dos títulos públicos para as operações do Brasil, e nos preços das bolsas internacionais para as operações realizadas no exterior;
- Futuros e Termo: cotações em bolsas ou utilizando-se critério idêntico ao utilizado nos *swaps*;
- Opções: modelos de apreçamento que incorporam o comportamento da volatilidade do preço do ativo objeto, as taxas de juros, o preço de exercício e o preço *spot* da mercadoria como o modelo de Black & Scholes.
- Crédito: Modelo de apreçamento envolvendo um fluxo de pagamentos em caso de não evento e no caso de evento o valor *notional* é pago em troca de títulos não liquidados.

As posições desses instrumentos financeiros têm seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes/prêmios, em contas patrimoniais.

O quadro a seguir resume o valor referencial atualizado ao preço de mercado e as respectivas exposições líquidas no balanço patrimonial para os instrumentos financeiros derivativos.

	CONTA DE COMPENSAÇÃO VALOR REFERENCIAL		VALOR PATRIMONIAL A RECEBER / (RECEBIDO) (A PAGAR/PAGO		AJUSTE A VALOR DE MERCADO		VALOR DE MERCADO		
	30/06/2008	30/06/2007	30/06/2008	30/06/2008	30/06/2008	30/06/2008	30/06/2008	30/06/2007	
Contratos de futuros	136.403.837	207.355.599	16.802	21.471	38.273	(48.320)			
Compromissos de compra	55.895.642	138.544.766	(11.104)	14.181	3.077	18.285			
Compromissos de venda	80.508.195	68.810.833	27.906	7.290	35.196	(66.605)			
Contratos de swaps			(319.377)	102.326	(217.051)	116.133			
Posição ativa	51.690.885	48.232.389	2.011.104	405.882	2.416.986	1.550.987			
Posição passiva	52.010.262	48.199.951	(2.330.481)	(303.556)	(2.634.037)	(1.434.854)			
Contratos de opções	120.829.864	169.005.316	(230.575)	284.740	54.165	165.371			
De compra - posição comprada	29.198.835	57.715.225	285.270	(73.158)	212.112	236.408			
De venda - posição comprada	23.984.714	16.121.440	403.035	14.285	417.320	415.223			
De compra - posição vendida	50.427.928	76.879.970	(699.942)	292.137	(407.805)	(294.627)			
De venda - posição vendida	17.218.387	18.288.681	(218.938)	51.476	(167.462)	(191.633)			
Contratos a termo			1.860.551	(1.277)	1.859.274	776.050			
Compras a receber			84.336	2.119	86.455	126.241			
Obrigações por Compra a Pagar			(84.780)	109	(84.671)	(126.701)			
Vendas a Receber			1.860.995	(3.505)	1.857.490	1.161.889			
Obrigações por Venda a Entregar			-	-	-	(385.379)			
Outros instrumentos financeiros derivativos	41.046.208	35.175.703	(598.395)	19.903	(578.492)	(595.170)			
Posição ativa	24.252.252	16.947.651	921.815	2.967	924.782	1.073.094			
Posição passiva	16.793.956	18.228.052	(1.520.210)	16.936	(1.503.274)	(1.668.264)			
			ATIVO	5.583.357	370.061	5.953.418	4.563.842		
			PASSIVO	(4.854.351)	57.102	(4.797.249)	(4.149.778)		
			TOTAL	729.006	427.163	1.156.169	414.064		

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação	0 - 30	31 - 180	181 -365	Acima de 365	30/06/2008	30/06/2007
Futuros	28.767.850	45.800.653	35.035.493	26.799.841	136.403.837	207.355.599
Swaps	7.508.914	20.364.135	9.557.448	12.249.284	49.679.781	47.069.587
Opções	38.863.205	40.538.443	28.820.137	12.608.079	120.829.864	169.005.316
Outros	10.133.279	13.423.874	10.300.113	7.188.942	41.046.208	35.175.703

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos por tipo de instrumento, demonstrada pelo seu valor referencial, por local de negociação (mercado organizado ou balcão) e contrapartes:

	30/06/2008				Total	30/06/2007
	Futuros	Swaps	Opções	Outros		
BM&F/Bovespa	129.777.126	9.422.025	109.841.497	6.411.287	255.451.935	260.659.552
Balcão	6.626.711	40.257.756	10.988.367	34.634.921	92.507.755	197.946.653
Instituições Financeiras	5.311.776	12.499.190	8.800.174	24.329.656	50.940.796	165.980.173
Empresas	1.314.935	26.748.222	2.186.153	9.724.381	39.973.691	30.764.595
Pessoas Físicas	-	1.010.344	2.040	580.884	1.593.268	1.201.885
Total	136.403.837	49.679.781	120.829.864	41.046.208	347.959.690	458.606.205
Total 30/06/2007	207.355.599	47.069.587	169.005.316	35.175.703	458.606.205	

Derivativos de Crédito

	Valor do Risco de Crédito		Efeito no Cálculo do Patrimônio Líquido Exigido	
	30/06/2008	30/06/2007	30/06/2008	30/06/2007
Transferidos	(3.030.253)	(3.947.605)	(333.328)	(434.237)
Swaps de créditos cujos ativos subjacentes são:				
Títulos e valores mobiliários	(3.030.253)	(3.724.970)	(333.328)	(409.747)
Derivativos com empresas	-	(70.022)	-	(7.702)
Swap de taxa de retorno total cujos ativos subjacentes são:				
Títulos e valores mobiliários	-	(144.465)	-	(15.891)
Derivativos com empresas	-	(8.148)	-	(896)
Recebidos	1.789.661	4.227.118	36.405	152.828
Swaps de créditos cujos ativos subjacentes são:				
Títulos e valores mobiliários	1.411.521	-	28.265	-
Operações de crédito	74.000	-	8.140	-
Swap de taxa de retorno total cujos ativos subjacentes são:				
Títulos e valores mobiliários	304.140	4.087.118	-	137.428
Derivativos com empresas	-	140.000	-	15.400
Total	(1.240.592)	279.513	(296.923)	(281.409)

O valor de mercado das operações de derivativos de crédito acima descritas, registrado no ativo totaliza R\$ 50.420 (R\$ 47.101 em 30/06/2007) e registrado no passivo R\$ 26.987 (R\$ 102.950 em 30/06/2007). Durante o semestre não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previstos nos contratos.

NOTA 7 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO E OUTROS CRÉDITOS - ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS

a) Resumo

I - Por Tipo de Operação

	30/06/2008	30/06/2007
Operações de Crédito	84.620.626	64.272.903
Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro	36.007.623	20.641.549
Operações com Cartões de Crédito	11.768.259	9.365.978
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (1)	2.376.098	1.065.438
Outros Créditos Diversos (2)	106.838	201.604
Total	134.879.444	95.547.472
Avais e Fianças (3)	13.591.585	9.755.397
Total com Avais e Fianças	148.471.029	105.302.869

(1) Composto por Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio e Rendas de Adiantamentos Concedidos, reclassificados de Obrigações - Carteira de Câmbio / Outros Créditos (Nota 9).

(2) Compostos por Títulos e Créditos a Receber, Devedores por Compra de Valores e Bens e Avais e Fianças Honrados.

(3) Contabilizados em Contas de Compensação.

II - Por Setor de Atividade

	30/06/2008	%	30/06/2007	%
Setor Público	661.590	0,5	822.517	0,9
Setor Privado	134.217.854	99,5	94.724.955	99,1
Pessoa Jurídica	65.890.299	48,9	44.272.999	46,3
Pessoa Física	68.327.555	50,6	50.451.956	52,8
Total	134.879.444	100,0	95.547.472	100,0

b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	01/01 a 30/06/2008	01/01 a 30/06/2007
Saldo Inicial	(7.925.660)	(7.430.684)
Saldo Oriundo da Aquisição do BKB no Chile / Uruguai em 31/12/2006	-	(131.077)
Constituição Líquida do Período	(3.764.264)	(3.372.176)
Write-Off	3.302.375	3.020.267
Saldo Final	(8.387.549)	(7.913.670)
Provisão Específica (1)	(3.677.280)	(3.487.420)
Provisão Genérica (2)	(2.560.269)	(2.276.250)
Provisão Excedente (3)	(2.150.000)	(2.150.000)

(1) Para as operações que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias ou de responsabilidade de empresas concordatárias ou em processo de falência.

(2) Para operações não enquadradas no item anterior em função da classificação do cliente ou da operação.

(3) Refere-se à provisão excedente ao mínimo requerido, constituída dentro de critérios prudenciais pela administração e em conformidade com a boa prática bancária, no sentido de permitir a absorção de eventuais aumentos de inadimplência ocasionados por forte reversão do ciclo econômico, quantificados em função do comportamento histórico das carteiras de crédito em situações de crise econômica.

Obs.: As provisões Específica e Genérica refletem os efeitos de constituição de provisão complementar no montante de R\$ 365.057 (R\$ 251.909 em 30/06/2007) por não utilizar a faculdade, prevista no artigo 5º da Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN, alterado pelo artigo 2º da Resolução nº 2.697, de 24/02/2000, do CMN, de que as operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$ 50 poderiam ser avaliadas exclusivamente em função dos atrasos consignados.

Em 30/06/2008, o saldo da provisão em relação à carteira de crédito equivale a 6,2% (8,3% em 30/06/2007).

c) Recuperação e Renegociação de Créditos

I - Composição do Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa

	01/01 a 30/06/2008	01/01 a 30/06/2007
Constituição Líquida do Período	(3.764.264)	(3.372.176)
Recuperações	542.951	497.639
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa (*)	(3.221.313)	(2.874.537)

(*) Registrado em Despesas Operacionais - Patrimoniais.

II - Créditos renegociados

	30/06/2008	30/06/2007
Créditos Renegociados	2.986.586	3.272.490
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.485.833)	(1.844.102)
(%)	49,8	56,4

NOTA 8 - ESTOQUES

	30/06/2008	30/06/2007
Produtos	701.052	551.764
Matéria-Prima	311.304	247.978
Produtos em Elaboração	54.110	45.936
Produtos Acabados	279.237	200.837
Almoxarifado	56.401	57.013
Imóveis	5.324	9.500
Total	706.376	561.264

NOTA 9 - CARTEIRA DE CÂMBIO

	30/06/2008	30/06/2007
ATIVO - OUTROS CRÉDITOS	19.599.573	19.035.769
Câmbio Comprado a Liquidar - Moeda Estrangeira	10.299.465	9.900.110
Cambiais e Documentos a Prazo - Moeda Estrangeira	25.041	590
Direitos sobre Vendas de Câmbio - Moeda Nacional	9.554.061	9.391.393
(-) Adiantamentos Recebidos - Moeda Nacional	(278.994)	(256.324)
PASSIVO - OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 2)	20.255.572	19.316.807
Câmbio Vendido a Liquidar - Moeda Estrangeira	8.737.663	9.357.217
Obrigações por Compras de Câmbio - Moeda Nacional	11.513.941	9.956.646
Outras	3.968	2.944
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	372.280	620.979
Créditos Abertos para Importação - Moeda Estrangeira	329.020	518.658
Créditos de Exportação Confirmados - Moeda Estrangeira	43.260	102.321

NOTA 10 – RECURSOS CAPTADOS POR CONTROLADAS E OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES - ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS

	30/06/2008	30/06/2007
Moeda Estrangeira	14.401.394	11.667.606
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	3.742.966	3.990.166
Obrigações por Empréstimos e Repasses (1)	10.658.428	7.677.440
Moeda Nacional	94.644.691	77.534.125
Depósitos	83.448.582	68.133.082
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	3.997.607	3.908.464
Obrigações por Empréstimos e Repasses	7.198.502	5.492.579
Securitização de Ordens de Pagamento no Exterior (2)	941.873	1.293.278
Captações no Mercado Aberto	96.143.662	49.933.853
Carteira Própria	62.910.741	40.006.981
Carteira de Terceiros	32.005.964	9.859.816
Carteira Livre Movimentação	1.226.957	67.056
Dívidas Subordinadas	12.559.486	10.625.134
CDB	11.202.502	9.188.747
Debêntures	622.480	623.025
Euronotes	734.504	813.362
Ações Preferenciais Resgatáveis (3)	631.834	769.817
Total	219.322.940	151.823.813

(1) Os Empréstimos no Exterior estão representados, basicamente, por aplicações em operações comerciais de câmbio, relativas a pré-financiamentos à Exportação e financiamentos à Importação;

(2) Contabilizada em Outras Obrigações;

(3) Ações Preferenciais Resgatáveis classificadas no Balanço na rubrica de Participações Minoritárias.

NOTA 11 - OPERAÇÕES COM SEGUROS, PREVIDÊNCIA E CAPITALIZAÇÃO**a) Composição das Provisões Técnicas**

	SEGUROS		VIDA E PREVIDÊNCIA		CAPITALIZAÇÃO		TOTAL	
	30/06/2008	30/06/2007	30/06/2008	30/06/2007	30/06/2008	30/06/2007	30/06/2008	30/06/2007
Matemática de Benefícios a Conceder e Concedidos	6.629	6.772	22.719.541	17.967.676	-	-	22.726.170	17.974.448
Prêmios não Ganhos	868.943	802.890	307.148	266.328	-	-	1.176.091	1.069.218
Matemática para Resgates	-	-	-	-	1.095.176	1.038.461	1.095.176	1.038.461
Contingência de Sorteio	-	-	-	-	39.556	57.956	39.556	57.956
Sinistros a Liquidar	591.384	479.300	92.351	74.113	-	-	683.735	553.413
Excedente Financeiro	1.887	1.764	328.121	326.127	-	-	330.008	327.891
IBNR	172.743	161.086	33.233	25.681	-	-	205.976	186.767
Oscilação Financeira	-	-	101.863	86.191	-	-	101.863	86.191
Insuficiência de Prêmios	79.331	68.875	15.970	11.984	-	-	95.301	80.859
Saúde (1)	44.179	44.035	-	-	-	-	44.179	44.035
Outras	35.152	24.840	15.970	11.984	-	-	51.122	36.824
Insuficiência de Contribuição	-	-	68.756	58.136	-	-	68.756	58.136
Outras (2)	16.414	3.220	89.945	64.596	7.819	8.621	114.178	76.437
TOTAL	1.737.331	1.523.907	23.756.928	18.880.832	1.142.551	1.105.038	26.636.810	21.509.777

(1) A provisão de insuficiência de prêmios é calculada em conformidade com os critérios estabelecidos pelo órgão regulador e nota técnica atuarial que prevê a constituição de provisão para cobertura de risco para os próximos 12 meses.

Atendendo às normas contábeis norte-americanas, nas demonstrações contábeis para fins de arquivamento na SEC (Securities and Exchange Commission), estão registradas provisões no valor de R\$ 428.465, relativas a 31/12/2007 (R\$ 582.194 em 31/12/2006), suficientes para cobrir eventuais déficits até a extinção dos planos em 2099.

Para manter o equilíbrio econômico-financeiro dos planos de saúde, continua sendo discutida junto à ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) a reestruturação dos planos, bem como reajustes adicionais dos preços. Com o objetivo de cobrir o desequilíbrio existente, foi procedido aumento de capital julgado suficiente para suprir de recursos o ramo de seguro saúde.

As diferenças contábeis entre as práticas local e norte-americana, para fins de cobertura dos valores estimados, compensam-se substancialmente pelo critério de amortização de ágio.

(2) Representadas basicamente por Provisão Complementar de Prêmios, Oscilação de Risco, Resgates e Outros Valores a Regularizar e Sorteios a Realizar / Pagar.

b) Recursos Garantidores das Provisões Técnicas - SUSEP

	SEGUROS		VIDA E PREVIDÊNCIA		CAPITALIZAÇÃO		TOTAL	
	30/06/2008	30/06/2007	30/06/2008	30/06/2007	30/06/2008	30/06/2007	30/06/2008	30/06/2007
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - Aplicações no Mercado Aberto	217.993	266.253	314.652	196.447	355.216	361.472	887.861	824.172
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	1.245.873	975.127	23.208.834	18.502.034	808.090	762.748	25.262.797	20.239.909
Cotas de Fundos de PGBL/VGBL (1)	-	-	21.148.807	16.641.184	-	-	21.148.807	16.641.184
Outros Títulos	1.245.873	975.127	2.060.027	1.860.850	808.090	762.748	4.113.990	3.598.725
Públicos	684.194	287.031	836.893	759.206	213.819	12.280	1.734.906	1.058.517
Privados	561.679	688.096	1.223.134	1.101.644	594.271	750.468	2.379.084	2.540.208
Direitos Creditórios (2)	266.749	261.548	256.954	202.718	-	-	523.703	464.266
TOTAL	1.730.615	1.502.928	23.780.440	18.901.199	1.163.306	1.124.220	26.674.361	21.528.347

(1) Carteira de títulos dos planos de previdência PGBL e VGBL cuja propriedade e os riscos envolvidos são de clientes, contabilizada como títulos e valores mobiliários conforme determina a SUSEP, tendo como contrapartida, no passivo, a rubrica Provisões Técnicas de Previdência.

(2) Registrado em Outros Créditos - Prêmios de Seguros a Receber.

c) Resultado das Operações

	SEGUROS		VIDA E PREVIDÊNCIA		CAPITALIZAÇÃO		TOTAL	
	01/01 a 30/06/2008	01/01 a 30/06/2007	01/01 a 30/06/2008	01/01 a 30/06/2007	01/01 a 30/06/2008	01/01 a 30/06/2007	01/01 a 30/06/2008	01/01 a 30/06/2007
Resultado da Intermediação Financeira	63.356	89.269	153.008	79.860	19.628	47.960	235.992	217.089
Receita Financeira das Op. com Seguros, Previdência e Capitalização	71.208	89.422	1.101.153	959.242	56.074	88.170	1.228.435	1.136.834
Despesa Financeira das Op. com Seguros, Previdência e Capitalização	(7.852)	(153)	(948.145)	(879.382)	(36.446)	(40.210)	(992.443)	(919.745)
Resultado de Operações com Seguros, Previdência e Capitalização	320.484	295.041	215.664	190.685	149.770	115.393	685.918	601.119
Receita de Prêmios e Contribuições	1.186.740	1.114.439	3.569.996	2.885.063	507.437	388.554	5.264.173	4.388.056
Variações das Provisões Técnicas	(20.507)	(26.022)	(3.235.034)	(2.597.215)	(343.939)	(259.345)	(3.599.480)	(2.882.582)
Despesas com Sinistros	(661.896)	(608.825)	(96.293)	(78.320)	-	-	(758.189)	(687.145)
Despesas de Comercialização	(175.960)	(177.426)	(13.302)	(14.675)	(3.340)	(703)	(192.602)	(192.804)
Despesas com Benefícios e Sorteios	-	-	(7.091)	(4.005)	(10.096)	(10.838)	(17.187)	(14.843)
Outras Receitas e Despesas	(7.893)	(7.125)	(2.612)	(163)	(292)	(2.275)	(10.797)	(9.563)
TOTAL	383.840	384.310	368.672	270.545	169.398	163.353	921.910	818.208

NOTA 12 - ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A ITAÚSA e suas controladas, na execução de suas atividades normais, encontram-se envolvidas em contingências conforme segue:

a) **Ativos Contingentes:** não existem ativos contingentes contabilizados.

b) **Passivos Contingentes:**

- **Critérios de quantificação:**

Ações Cíveis: quantificadas quando da notificação judicial e revisadas mensalmente:

- Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e usuais e cujo valor não seja considerado relevante): segundo parâmetro estatístico por grupo de ação, tipo de órgão legal (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum) e reclamante; ou
- Individualizados (processos relativos a causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante): pelo valor indenizatório pretendido, nas provas apresentadas e na avaliação de assessores legais que considera jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação – quanto ao grau de risco de perda da ação judicial.

Ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é exigido ou ao valor da execução definitiva (valor incontestável) quando em fase de trânsito em julgado.

Ações Trabalhistas: quantificadas quando da notificação judicial e revisadas mensalmente ao valor da média móvel dos pagamentos de processos encerrados nos últimos 12 meses, acrescida do custo médio de honorários pagos, para processos relativos a causas consideradas semelhantes e usuais e ajustadas ao valor da execução definitiva (valor incontestável) quando em fase de trânsito em julgado.

Ações Fiscais e Previdenciárias: quantificadas quando do recebimento da notificação dos processos administrativos, com base nos valores destes, atualizados mensalmente.

Outros Riscos: quantificados principalmente pela avaliação de crédito em operações com coobrigação.

- **Contingências classificadas como prováveis:** são reconhecidas contabilmente e estão representadas por: Ações Cíveis pleiteando indenização por danos materiais e morais, tais como protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações no cadastro de restrições ao crédito, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível e, portanto, limitadas a 40 salários mínimos; Ações Trabalhistas que buscam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional, tais como horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria e outros; Fiscais e Previdenciárias, representadas principalmente por processos judiciais e administrativos de tributos federais e municipais; e Outros Riscos, representados basicamente por coobrigação em operações de rural securitizado.

Abaixo, demonstramos a movimentação das respectivas provisões para passivos contingentes e os saldos dos respectivos depósitos em garantia de recursos:

Movimentação das Provisões para Passivos Contingentes	01/01 a 30/06/2008					01/01 a
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais e Previdenciárias	Outros	Total	30/06/2007
Saldo Inicial	1.287.912	1.792.744	583.369	97.489	3.761.514	3.002.516
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 4m I)	(44.633)	(563.683)	(10.174)	-	(618.490)	(578.233)
Subtotal	1.243.279	1.229.061	573.195	97.489	3.143.024	2.424.283
Movimentação do Período Refletida no Resultado	401.045	221.155	74.094	13.423	709.717	579.007
Atualização/Encargos	33.600	29.333	12.965	-	75.898	82.973
Constituição	414.548	231.454	74.653	13.423	734.078	617.220
Baixas por Reversão	(47.103)	(39.632)	(13.524)	-	(100.259)	(121.186)
Baixas por Pagamento	(261.231)	(136.829)	(2.859)	-	(400.919)	(274.030)
Subtotal	1.383.093	1.313.387	644.430	110.912	3.451.822	2.729.260
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 4m I)	115.411	542.884	15.098	-	673.393	713.480
Saldo Final (Nota 13d)	1.498.504	1.856.271	659.528	110.912	4.125.215	3.442.740
Saldo Final em 30/06/2007 (Nota 13d)	985.583	1.664.871	688.688	103.598	3.442.740	
Depósitos em Garantia de Recursos em 30/06/2008 (Nota 13a)	588.243	877.737	310.297	-	1.776.277	
Depósitos em Garantia de Recursos em 30/06/2007 (Nota 13a)	466.024	791.688	332.625	-	1.590.337	

- **Contingências classificadas como possíveis:** não são reconhecidas contabilmente e estão representadas por processos cíveis no montante de R\$ 252.946 e Fiscais e Previdenciários no montante de R\$ 1.944.355, sendo as principais naturezas descritas conforme a seguir:
 - CPMF em Operações de Clientes – R\$ 395.865: Autos de infração lavrados para cobrança de crédito tributário relativo à CPMF sobre operações efetuadas com clientes. Aguardando julgamento no Conselho de Contribuintes e na Câmara Superior de Recursos Fiscais.
 - IRPJ/CSLL sobre Alienação de Investimentos – R\$ 384.569: Auto de Infração lavrado por conta do efeito fiscal na alienação de investimento. Matéria em discussão no judiciário.
 - IRPJ/PDD – R\$ 157.044: Afastar a Instrução Normativa (IN) nº 80/93, que reduziu o percentual de 1,5% para 0,5%, para a realização da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, no ano-base de 1993, utilizando-se da IN 76/87 e Resolução nº 1.748, de 31/08/1990, do CMN. Alega-se a impossibilidade de aplicação da norma aos fatos ocorridos no mesmo exercício financeiro da sua publicação (princípio da anterioridade). Foi concedido efeito suspensivo ao recurso de apelação dos Impetrantes, pendente de julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
 - CPMF – Transferência de Títulos – R\$ 151.350: Auto de Infração lavrado para cobrança de crédito tributário relativo à CPMF sobre pagamento de obrigações com transferência de títulos. Aguardando julgamento no Conselho de Contribuintes.
 - ISS – Instituições Bancárias – R\$ 139.889: Autos de infração lavrados por Municípios para cobrança de ISS sobre valores registrados em diversas contas contábeis, ao fundamento de se tratar de receitas de prestação de serviços. Aguardando decisão final administrativa ou execução fiscal.
 - Rateio Acervo Líquido pelo Valor Contábil – R\$ 122.025: Auto de infração lavrado por conta da dedução de perda de capital apurada na dissolução e liquidação de investimentos. Matéria em discussão no judiciário.

Em garantia de recursos voluntários relativos a processos de passivos contingentes estão vinculados Títulos e Valores Mobiliários de R\$ 1.260.691 (R\$ 1.095.908 em 30/06/2007); está depositado o montante de R\$ 1.979.022 (R\$ 811.509 em 30/06/2007) (Nota 13a) e estão arrolados bens do Ativo Permanente no montante de R\$ 990.838 (R\$ 1.040.967 em 30/06/2007), de acordo com o artigo 32 da Lei nº 10.522/02. Em 10/04/2007, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1976, o Supremo Tribunal Federal declarou ser inconstitucional a exigência de arrolamento para a apreciação de recurso voluntário. O pedido de desarrolamento desses bens está em fase de andamento.

O saldo de Valores a Receber relativo a reembolso de contingências totaliza R\$ 890.440 (R\$ 908.549 em 30/06/2007) (Nota 13a), representado basicamente pela garantia estabelecida em processo de privatização do Banerj, ocorrida em 1997, onde o Estado do Rio de Janeiro constituiu um fundo para garantir a recomposição patrimonial em Contingências Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.

c) Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias e Depósitos em Garantia para Interposição de Recursos -
Passivos constituídos pelo valor integral em discussão e respectivos depósitos em garantia conforme abaixo:

	01/01 a	01/01 a
	30/06/2008	30/06/2007
Movimentação das Obrigações Legais		
Saldo Inicial	5.661.768	4.054.382
Movimentação do Período Refletida no Resultado	<u>702.846</u>	<u>763.660</u>
Encargos sobre Tributos	178.251	164.341
Constituição Líquida	592.880	601.857
Baixas por Reversão (Nota 13e)	(68.285)	(2.538)
Baixas por Pagamento	(45.356)	(6.366)
Saldo Final (Nota 14c)	6.319.258	4.811.676
Probabilidade de Perda		
Provável	1.190.171	1.113.702
Possível	350.855	337.223
Remota	4.778.232	3.360.751
Movimentação dos Depósitos em Garantia		
	01/01 a	01/01 a
	30/06/2008	30/06/2007
Saldo Inicial	3.062.934	2.407.101
Apropriação de Rendas	113.113	104.379
Movimentação no Período	<u>306.051</u>	<u>260.055</u>
Depósitos Efetuados	307.078	266.573
Levantamentos Efetuados	(478)	(3.533)
Conversão em Renda	(549)	(2.985)
Saldo Final (Nota 13a)	3.482.098	2.771.535

As principais naturezas são descritas a seguir:

- PIS e COFINS X Lei 9.718/98 – R\$ 2.739.153 – Assegurar o direito ao recolhimento das contribuições ao PIS e à COFINS sobre o faturamento, afastando-se a aplicação do artigo 3º, § 1º da Lei nº 9.718/98, que promoveu o indevido alargamento da base de cálculo das referidas contribuições. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 531.910.
- IRPJ e CSLL X Lucros Apurados no Exterior – R\$ 829.231. Pretende-se afastar a exigência contida na Instrução Normativa nº 213/02, em face de sua ilegalidade, visto que determinou a inclusão dos resultados positivos da equivalência patrimonial na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, inclusive alienação de investimento no exterior. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 475.439.
- CPMF – Empresas de arrendamento mercantil – R\$ 630.753 – Pretende-se aplicar o tratamento dado às instituições financeiras às empresas de arrendamento mercantil quanto à alíquota zero da CPMF (art. 8º, inciso III da Lei nº 9.311/96). O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 536.006.
- PIS X EC 10/96 (Janeiro/1996 a Junho/1996) e EC 17/97 (Julho/1997 e Fevereiro/1998) – R\$ 357.746 – Pretende-se afastar a incidência do PIS, em face da aplicação dos princípios da anterioridade nonagesimal e da irretroatividade das Emendas Constitucionais 10/96 e 17/97 e da inexistência de legislação aplicável neste interregno. Sucessivamente, objetiva-se o recolhimento do PIS no período mencionado com base na LC 7/70. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 38.959.
- CSLL X Isonomia – R\$ 262.484 – Assegurar o direito de recolher a CSLL à alíquota de 8%, a que se sujeitam as pessoas jurídicas em geral, nos termos do caput do artigo 19 da Lei nº 9.249/95, afastando-se a aplicação do § 1º desse mesmo dispositivo, que prevê alíquota diferenciada (18%) para as instituições financeiras, em face da violação ao princípio da isonomia. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 161.780.
- INSS X LC 84/96 e Adicional 2,5% – R\$ 219.739 – Pretende-se afastar a incidência da contribuição previdenciária à alíquota de 15%, bem como o adicional à alíquota de 2,5%, sobre as remunerações pagas aos prestadores de serviços autônomos e administradores, instituída pela Lei Complementar nº 84/96, face à sua inconstitucionalidade, tendo em vista que a referida contribuição possui os mesmos fato gerador e base de cálculo do imposto de renda, em afronta aos artigos 153, III, 154, I, 156, III e 195, § 4º da Constituição Federal. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 174.130.

A ITAÚSA e suas controladas, com base na opinião de seus assessores legais, não estão envolvidas em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais, que possam afetar significativamente os resultados de suas operações. A avaliação conjunta do total de provisões existentes para todos os passivos contingentes e obrigações legais, constituídas mediante a utilização de modelos estatísticos para as causas de pequeno valor e avaliação individual de assessores legais internos e externos para as demais causas, mostra a suficiência dos montantes provisionados segundo as regras da Deliberação CVM nº 489, de 03/10/2005.

NOTA 13 - DETALHAMENTO DE CONTAS

a) Outros Créditos Diversos

	30/06/2008	30/06/2007
Depósitos em Garantia de Provisões para Passivos Contingentes (Nota 12b)	3.755.299	2.401.846
Contingências Classificadas como Prováveis	1.776.277	1.590.337
Contingências Classificadas como Possíveis	1.979.022	811.509
Depósitos em Garantia de Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias (Nota 12c)	3.482.098	2.771.535
Negociação e Intermediação de Valores	1.729.685	1.715.769
Impostos e Contribuições a Compensar	1.328.011	1.172.015
Contribuição Social a Compensar - MP 2.158 de 24/08/2001(Nota 14b I)	869.573	944.501
Valores a Receber de Reembolso de Contingências (Nota 12b)	890.440	908.549
Rendas a Receber	1.033.677	874.342
Prêmios de Seguros a Receber	886.557	774.309
Duplicatas a Receber	789.108	695.118
Depósitos em Garantia de Programas de Captação de Recursos Externos	418.198	542.513
Contas a Receber - Venda da Marca Credicard (1)	206.847	250.306
Opções por Incentivos Fiscais	26.695	149.415
Devedores Diversos	607.905	538.238
No País	315.128	287.242
No Exterior	292.777	250.996
Diversos (2)	347.654	361.430
Total	16.371.747	14.099.886

(1) Refere-se ao direito exercido pelo Citibank na utilização exclusiva da marca Credicard a partir de 01/01/2009 (divulgado em fato relevante pelo ITAÚ HOLDING em 06/12/2006).

(2) Inclui o montante de R\$ 110.121 (138.795 em 30/06/2007) relativo à aquisição, em licitação pública, efetuada pelo Banco Itaú em abril/2007, dos direitos detidos pelo Governo do Estado de Goiás, de recebimento de recursos e royalties junto à Itaipu Binacional.

Na ITAÚSA, estão compostos basicamente por Rendas a Receber relativos a Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio no montante de R\$ 611.852 (R\$ 453.665 em 30/06/2007) e Impostos e Contribuições a Compensar de R\$ 42.551 (R\$ 82.348 em 30/06/2007).

b) Outros Valores e Bens

	30/06/2008	30/06/2007
Bens não de Uso Próprio	353.683	384.314
(-) Provisão para Desvalorizações	(53.399)	(62.865)
Outros	-	253
Total	300.284	321.702

c) Despesas Antecipadas

	30/06/2008	30/06/2007
Termo de Cooperação Técnica (1)	2.015.258	1.780.442
Associação para Promoção e Oferta de Produtos Financeiros e Imobiliários (2)	392.601	-
Comissões	<u>2.200.007</u>	<u>872.020</u>
Vinculadas a Seguros e Previdência	150.615	159.681
Vinculadas a Financiamento de Veículos (3)	1.995.446	674.902
Outras	53.946	37.437
Propaganda e Publicidade	94.033	83.916
Outras	167.304	151.432
TOTAL	4.869.203	2.887.810

(1) Representa basicamente os montantes despendidos para aquisição do direito de crédito das folhas de pagamento e arrecadação de tributos Municipais e Estaduais. O saldo em 30/06/2008 está representado principalmente por contratos firmados com os Governos dos Estados do Rio de Janeiro, Goiás e Minas Gerais e com a Prefeitura do Município de São Paulo.

(2) Refere-se basicamente a acordo firmado com a empresa LPS Brasil - Consultoria de Imóveis S.A. (Lopes).

(3) Comissões pagas aos revendedores na concessão de financiamento ou leasing de veículos que passaram a ser apropriadas ao resultado em 2007, de acordo com os prazos dos contratos.

d) Outras Obrigações Diversas

	30/06/2008	30/06/2007
Provisões para Passivos Contingentes (Nota 12b)	4.125.215	3.442.740
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	2.375.071	1.852.288
Negociação e Intermediação de Valores	1.981.430	1.747.436
Provisão de Pessoal	729.065	647.866
Fornecedores	230.140	187.639
Credores Diversos	<u>1.727.242</u>	<u>1.660.973</u>
No País	1.577.823	1.489.452
No Exterior	149.419	171.521
Obrigações Relativas a Empresas de Seguros	254.862	202.892
Obrigações por Convênios Oficiais e Prestação de Serviços de Pagamento	344.962	89.939
Provisões e Credores Diversos	720.420	671.117
Total	12.488.407	10.502.890

e) Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 30/06/2008	01/01 a 30/06/2007
Reversão de Provisões Operacionais	76.389	23.029
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias (Nota 12c)	68.285	2.538
Outras	8.104	20.491
Recuperação de Encargos e Despesas	76.034	44.282
Participações em Controladas não Decorrentes de Lucro	-	30.456
Outras	159.410	173.585
Total	311.833	271.352

f) Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2008	01/01 a 30/06/2007
Despesas Tributárias (Nota 14a II)	(1.186.011)	(1.231.131)
Provisões para Contingências (Nota 12b)	(488.562)	(392.162)
Ações Cíveis (1)	(401.045)	(319.181)
Fiscais e Previdenciárias	(74.094)	(58.701)
Outras	(13.423)	(14.280)
Amortização de Ágios (2)	(83.180)	(191.478)
Participações em Controladas não Decorrentes de Lucro	(12.593)	-
Despesas Operacionais de Empresas Industriais	(177.108)	(139.281)
Comercialização de Cartões de Crédito	(262.553)	(167.781)
Sinistros	(123.525)	(77.167)
Outras	(266.087)	(174.701)
Total	(2.599.619)	(2.373.701)

(1) De 01/01 a 30/06/2008 contempla planos econômicos no montante de R\$ 179.071.

(2) Refere-se a basicamente a aquisição de ações do ITAÚ HOLDING no montante de R\$ 60.261 (R\$ 75.635 de 01/01 a 30/06/2007 e R\$ 84.425 relativo a aquisição do BBI e BBT).

Na ITAÚSA, estão compostas basicamente por Despesas Tributárias no valor de R\$ 70.454 (R\$ 8.507 de 01/01 a 30/06/2007).

g) Resultado não Operacional

	01/01 a 30/06/2008	01/01 a 30/06/2007
Resultado na Alienação de Investimentos (*)	265.240	902.840
(Provisão)/Reversão de Provisões não Operacionais	5.572	13.460
Resultado de Equivalência Patrimonial não Operacional	(403.650)	(11.840)
Ganhos/(Perdas) de Capital e Outras	10.795	2.489
Total	(122.043)	906.949

(*) De 01/01 a 30/06/2008 está composto basicamente por R\$ 288.364 referente ao resultado na alienação de investimentos nas empresas Visa Inc., MasterCard Inc. e BM&FBovespa, nos montantes de R\$ 141.064, R\$ 82.964 e R\$ 64.336, respectivamente. De 01/01 a 30/06/2007 está composto basicamente por R\$ 114.321, decorrente do resultado apurado na venda da antiga sede do Banco ItauBank S.A. e R\$ 735.507 referente ao resultado apurado na alienação parcial do investimento na Serasa S.A..

Na ITAÚSA refere-se basicamente a Resultado de Equivalência Patrimonial não Operacional.

NOTA 14 - TRIBUTOS

a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

I - Demonstramos a seguir o Imposto de Renda e Contribuição Social devidos sobre as operações do período e sobre as diferenças temporárias decorrentes de adições e exclusões:

Devidos sobre Operações do Período	01/01 a 30/06/2008	01/01 a 30/06/2007
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	6.439.448	7.006.271
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas de 25% e 9% (Nota 4n), respectivamente.	(2.189.412)	(2.382.132)
Acréscimos/Decréscimos aos Encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:		
(Inclusões) Exclusões Permanentes	19.431	(55.129)
Participações em Coligadas	(6.964)	16.732
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	(366.092)	(279.736)
Juros sobre o Capital Próprio	383.818	84.267
Dividendos, Juros sobre Títulos da Dívida Externa e Incentivos Fiscais	202.198	117.399
Ganho (Perda) de Participação Societária	(136.309)	(3.362)
Outras	(57.220)	9.571
(Inclusões) Exclusões Temporárias	764.655	293.697
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(263.966)	(499.958)
Superveniência (Insuficiência) de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	1.201.234	744.279
Ajuste a Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros		
Derivativos e Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	172.970	(122.072)
Juros sobre o Capital Próprio	(129.372)	201.173
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias, Passivos Contingentes e Atualização de Depósitos em Garantia	(233.024)	(179.627)
Realização de Ágio na Aquisição de Investimentos	118.856	116.302
Outras Provisões Indedutíveis	(102.043)	33.600
(Constituição) Compensação sobre Prejuízo Fiscal/Base Negativa de CS	(639.837)	(204.965)
Efeito da Majoração de Alíquota da Contribuição Social - (Nota 4n)	(137.381)	-
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.182.544)	(2.348.529)
Referentes a Diferenças Temporárias		
Constituição (Reversão) do Período	(119.182)	(77.164)
Constituição (Reversão) de Períodos Anteriores	287.031	(10.864)
(Despesas)/Receitas de Tributos Diferidos	167.849	(88.028)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.014.695)	(2.436.557)

II - Composição das despesas tributárias:

	01/01 a 30/06/2008			01/01 a 30/06/2007		
	Sobre Vendas de Produtos e Serviços (1)	Sobre Demais Receitas (Nota 13f)	Total	Sobre Vendas de Produtos e Serviços (1)	Sobre Demais Receitas (Nota 13f)	Total
PIS e COFINS	(172.513)	(940.676)	(1.113.189)	(150.156)	(876.716)	(1.026.872)
ISS	(8.856)	(161.149)	(170.005)	(8.028)	(143.820)	(151.848)
IPI	(93.960)	-	(93.960)	(84.417)	-	(84.417)
ICMS	(208.885)	-	(208.885)	(177.960)	-	(177.960)
CPMF (2)	-	-	-	-	(132.557)	(132.557)
Outros	(21.363)	(84.186)	(105.549)	(17.370)	(78.038)	(95.408)
Total (Nota 4n)	(505.577)	(1.186.011)	(1.691.588)	(437.931)	(1.231.131)	(1.669.062)

(1) Estes tributos estão sendo deduzidos na rubrica Receitas com Vendas de Produtos e Serviços.

(2) A partir de 01/01/2008, foram encerradas a retenção e o recolhimento da CPMF instituída pela Lei 9.311, de 24/10/1996.

Na ITAÚSA, as despesas tributárias são compostas basicamente por PIS no montante de R\$ 12.565 (R\$ 883 de 01/01 a 30/06/2007) e COFINS no montante de R\$ 57.876 (R\$ 4.068 de 01/01 a 30/06/2007).

III - Efeitos Fiscais sobre a Administração Cambial dos Investimentos no Exterior

De forma a minimizar os efeitos no resultado referentes à exposição da variação cambial dos Investimentos no Exterior, líquida dos respectivos efeitos fiscais, a ITAÚSA e o ITAÚ HOLDING realizam operações de derivativos em moeda estrangeira (hedge), conforme observado na Nota 20b.

O resultado dessas operações é computado na apuração das bases de impostos, de acordo com a sua natureza, enquanto a variação cambial dos Investimentos no Exterior não é considerada nas referidas bases, conforme legislação fiscal vigente.

b) Créditos Tributários

I - O saldo de Créditos Tributários, segregado em função das origens (Imposto de Renda e Contribuição Social), está representado por:

	31/12/2007	Realização / Reversão	Constituição	30/06/2008	30/06/2007
Refletida no Resultado	6.489.125	(995.257)	2.633.450	8.127.318	7.180.563
Relativos a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	506.712	(62.855)	693.590	1.137.447	742.859
Diferenças temporárias:	<u>5.982.413</u>	<u>(932.402)</u>	<u>1.939.860</u>	<u>6.989.871</u>	<u>6.437.704</u>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	2.558.152	(411.938)	828.410	2.974.624	2.887.206
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	129.372	129.372	277.569
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	721.046	(23.412)	154.175	851.809	606.466
Provisões para Passivos Contingentes	<u>890.061</u>	<u>(123.279)</u>	<u>317.153</u>	<u>1.083.935</u>	<u>697.342</u>
Ações Cíveis	408.459	(61.959)	140.630	487.130	298.073
Processos Trabalhistas	301.106	(59.962)	125.938	367.082	269.014
Fiscais e Previdenciárias	180.496	(1.358)	50.585	229.723	130.255
Provisões para Imóveis	29.440	(3.608)	6.102	31.934	31.017
Ágio na Aquisição de Investimento	1.117.549	(145.331)	-	972.218	1.190.513
Provisão de Reestruturação	-	-	-	-	6.800
Outros	666.165	(224.834)	504.648	945.979	740.791
Refletida no Patrimônio Líquido - Ajuste a Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	3.344	-	69.384	72.728	-
Total de Créditos Tributários	6.492.469	(995.257)	2.702.834	8.200.046	7.180.563
Contribuição Social a Compensar Decorrente da Opção prevista no artigo 8º da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24/08/2001.	925.687	(56.114)	-	869.573	944.501

Na ITAÚSA, os Créditos Tributários totalizam R\$ 131.359 (R\$ 61.216 em 30/06/2007) e está representado basicamente por Juros sobre o Capital Próprio, cuja expectativa de realização é de até 1 ano.

II - O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2007	Realização/ Reversão	Constituição	30/06/2008 (*)	30/06/2007
Refletida no Resultado	4.149.779	(131.698)	1.616.081	5.634.162	3.229.513
Superveniência de Depreciação - Leasing	3.554.767	(40.073)	1.246.474	4.761.168	2.650.716
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	65.560	(4.915)	-	60.645	59.842
Ajuste de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	65.987	(39.047)	141.835	168.775	144.366
Ajuste a Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	117.579	(35.591)	111.735	193.723	69.198
Atualização de Depósito de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	211.408	-	94.594	306.002	176.375
Lucro na Realização de Bens e Direitos do Ativo Permanente	73.476	(672)	-	72.804	72.711
Outros	61.002	(11.400)	21.443	71.045	56.305
Refletida no Patrimônio Líquido - Ajuste a Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	35.716	(10.338)	3.641	29.019	57.082
Total	4.185.495	(142.036)	1.619.722	5.663.181	3.286.595

(*) O Saldo de 30/06/2008 reflete o ajuste da majoração de alíquota da Contribuição Social (nota 4n), para as controladas financeiras e equiparadas, no valor de R\$ 93.644.

Na ITAÚSA a Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos totaliza R\$ 2.153 (R\$ 3.863 em 30/06/2007) e está representada basicamente por tributos incidentes sobre atualização de depósitos judiciais.

III - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários, da Contribuição Social a Compensar, decorrente da Medida Provisória nº 2.158-35 de 24/08/2001 e da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos, existentes em 30/06/2008, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

Ano de Realização	Créditos Tributários			Contribuição Social a Compensar	Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	Tributos Diferidos Líquidos
	Diferenças Temporárias	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	Total			
2008	2.159.026	159.519	2.318.545	90.385	(607.531)	1.801.399
2009	1.385.093	968.910	2.354.003	242.941	(604.696)	1.992.248
2010	963.619	3.026	966.645	198.744	(923.124)	242.265
2011	729.572	2.823	732.395	103.387	(1.041.068)	(205.286)
2012	559.803	3.169	562.972	45.022	(1.201.641)	(593.647)
acima de 2012	1.265.486	-	1.265.486	189.094	(1.285.120)	169.460
Total	7.062.599	1.137.447	8.200.046	869.573	(5.663.181)	3.406.438
Valor Presente (*)	5.852.995	755.187	6.608.182	763.425	(4.870.736)	2.500.871

(*) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa média de captação.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e de venda de produtos e serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o Imposto de Renda e Contribuição Social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, recomendamos que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

IV - Os créditos tributários não contabilizados totalizam R\$ 1.050.865 (R\$ 478.701 em 30/06/2007).

Em função da Ação Direta de Inconstitucionalidade relativa a majoração de alíquota da Contribuição Social instituída pelos artigos 17 e 41 da Lei nº. 11.727 de 24/06/2008 (para as controladas financeiras e equiparadas), impetrada em 26/06/2008 pela Confederação Nacional do Sistema Financeiro - CONSIF, foram reconhecidos créditos tributários, apenas até o limite do acréscimo ocorrido nas Obrigações Tributárias, remanescendo não reconhecido o valor de R\$ 771.067.

Em 30/06/2008 não existem créditos tributários não contabilizados na ITAÚSA.

c) Obrigações Fiscais e Previdenciárias

O saldo das Obrigações Fiscais e Previdenciárias está representado por:

	30/06/2008	30/06/2007
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	887.693	1.049.123
Impostos e Contribuições a Recolher	413.161	311.880
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	5.663.181	3.286.595
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias (Nota 12c)	6.319.258	4.811.676
Total	13.283.293	9.459.274

d) Tributos Recolhidos ou Provisionados e Retidos de Terceiros

O montante de tributos recolhidos ou provisionados incide basicamente sobre lucros, receitas e folha de pagamento. Para os valores retidos e recolhidos de terceiros passou a considerar juros sobre o capital próprio pago e sobre a prestação de serviços, além dos incidentes sobre a intermediação financeira, inclusive para fins comparativos.

	30/06/2008	30/06/2007
Tributos Recolhidos ou Provisionados	4.363.244	4.598.394
Tributos Retidos e Recolhidos de Terceiros (*)	2.668.586	4.354.005
Total	7.031.830	8.952.399

(*) A redução dos valores retidos neste semestre deve-se, basicamente, a extinção da CPMF relativo aos fatos geradores ocorridos a partir 01/01/2008, sendo que o montante retido e recolhido no 1º semestre de 2007 foi de R\$ 2.525.959.

NOTA 15 - PERMANENTE

a) Investimentos

I - Participações em Controladas - ITAÚSA

Empresas	Saldos em 31/12/2007 (a)	Subscrições/ Aquisições/ Vendas	Recebimento / Provisão de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (b)	Resultado de Participação em Controladas	Ajuste de TVM de Controladas	Amortização de Ágio	Saldos em 30/06/2008 (a)	Saldos em 30/06/2007 (a)	Resultado de Participação em Controladas 01/01 a 30/06/2007
Banco Itaú Holding Financeira S.A.	14.375.873	104.835	(601.597)	1.317.360 (c)	(77.276)	(8.592)	15.110.603	13.339.540	1.625.114 (c)
Itaucorp S.A.	768.057	-	(49.979)	97.725	-	-	815.803	716.136	71.162 (c)
Itaúsa Export S.A.	670.579	67.430	-	(23.080) (c)	(32.008)	(300)	682.621	562.740	(16.193)
Duratex S.A.	456.740	-	(16.235)	44.155 (c)	-	(492)	484.168	438.745	35.065 (c)
Itautec S.A.	304.606	-	(6.877)	23.819	-	(2)	321.546	279.459	47.233
Elekpart Participações e Administração S.A.	161.977	-	-	20.224	-	-	182.201	146.816	12.486
Itaúsa Europa - Investimentos, SGPS, LDA.	128.739	-	-	(4.060) (d)	(5.685)	-	118.994	107.954	(1.001) (d)
Ith Zux Cayman Company Ltd.	29.513	-	-	(3.667) (d)	-	-	25.846	32.059	(3.526) (d)
Elekeiroz S.A.	11.594	-	-	1.452	-	-	13.046	10.273	1.164
Outras Controladas	6.294	-	-	507	-	-	6.801	5.653	402
TOTAL GERAL	16.913.972	172.265	(674.688)	1.474.435	(114.969)	(9.386)	17.761.629	15.639.375	1.771.906

(a) Inclui a totalidade de ágios/deságios no montante de R\$ 209.863 em 30/06/2008 (R\$ 135.269 em 30/06/2007 e R\$ 153.029 em 31/12/2007).

(b) Em rendas a receber, estão registrados dividendos e juros sobre o capital próprio a receber no montante de R\$ 611.852 (R\$ 453.665 em 30/06/2007).

(c) Inclui despesa não operacional por variação de participação no montante de R\$ 399.361 (R\$ 5.985 de 01/01 a 30/06/2007).

(d) Inclui a totalidade da despesa de variação cambial no montante de R\$ 9.943 (R\$ 14.083 de 01/01 a 30/06/2007).

Empresas	Capital	Patrimônio Líquido	Resultado Líquido do Período	Nº de ações de Propriedade da ITAÚSA		Participação no Capital Votante (%)	Participação no Capital Social (%)
				Ordinárias	Preferenciais		
Banco Itaú Holding Financeira S.A.	17.000.000	32.816.609	3.796.239	1.344.586.053	70.075	86,56	45,35
Itaucorp S.A.	383.000	830.125	97.736	12.241.502	3.935.980	99,94	99,96
Itaúsa Export S.A.	745.923	1.027.577	(29.673)	18.994.166.559	191.631.144	80,00	77,77
Duratex S.A.	943.626	1.623.902	162.424	32.005.853	6.098.671	59,76	29,38
Itautec S.A.	250.000	443.262	27.991	10.366.478	-	88,97	88,97
Elekpart Participações e Administração S.A.	241.000	542.092	60.439	252.930.540	-	33,46	33,46
Itaúsa Europa - Investimentos, SGPS, LDA.	776.368	1.155.214	14.788	1 (*)	-	12,14	12,14
Ith Zux Cayman Company Ltd.	55.717	36.911	442	35.000.000	-	100,00	100,00
Elekeiroz S.A.	220.000	429.945	38.390	559.180	631.430	3,85	3,78

(*) O Capital é formado por 2 (duas) cotas de diferentes valores.

II - Composição de Investimentos

	30/06/2008	30/06/2007
Participações em Coligadas	1.014.266	856.736
BPI	752.338	711.095
Allianz Seguros S.A. (atual denominação da AGF Brasil Seguros S.A.)	131.358	118.394
Delle Holdings S.A.	29.311	7.753
Serasa S.A.	98.435	17.270
Outros	2.824	2.224
Outros Investimentos	271.871	291.749
Investimentos por Incentivos Fiscais	106.967	107.479
Títulos Patrimoniais	13.528	98.582
Ações e Cotas	93.954	25.675
Outros	160.091	140.877
Provisão para Perdas	(102.669)	(80.864)
TOTAL	1.286.137	1.148.485

III - Composição do Resultado de Participações em Coligadas

	01/01 a 30/06/2008	01/01 a 30/06/2007
Resultado de Equivalência Patrimonial em Coligadas	9.179	101.591
Varição Cambial de Investimentos	(29.662)	(52.379)
TOTAL	(20.483)	49.212

b) Imobilizado, Intangível e Diferido

	30/06/2008			30/06/2007		
	Custo	Depreciação/ Amortização/ Exaustão Acumulada	Residual	Custo	Depreciação/ Amortização/ Exaustão Acumulada	Residual
Imobilizado	8.822.933	(5.235.058)	3.587.875	8.448.200	(5.067.498)	3.380.702
Imobilizado Próprio	8.585.212	(5.227.296)	3.357.916	8.236.265	(5.062.647)	3.173.618
Imóveis	3.147.347	(1.421.180)	1.726.167	2.995.288	(1.340.370)	1.654.918
Terrenos	1.049.695	-	1.049.695	952.563	-	952.563
Edificações	2.097.652	(1.421.180)	676.472	2.042.725	(1.340.370)	702.355
Outras Imobilizações	5.437.865	(3.806.116)	1.631.749	5.240.977	(3.722.277)	1.518.700
Instalações de Uso	337.816	(198.525)	139.291	297.272	(203.440)	93.832
Móveis e Equipamentos de Uso	2.056.824	(1.113.866)	942.958	1.957.100	(1.067.266)	889.834
Sistema de Processamento de Dados	2.699.402	(2.266.861)	432.541	2.636.430	(2.250.330)	386.100
Outros (Comunicação, Segurança, Transporte)	343.823	(226.864)	116.959	350.175	(201.241)	148.934
Imobilizado de Locação	83.782	(7.762)	76.020	93.812	(4.851)	88.961
Imóveis - Edificações	65.229	-	65.229	75.259	-	75.259
Móveis e Equipamentos de Uso	18.553	(7.762)	10.791	18.553	(4.851)	13.702
Reservas Florestais	153.939	-	153.939	118.123	-	118.123
Intangível	9.778	(2.520)	7.258	11.445	(1.608)	9.837
Diferido	1.336.317	(554.437)	781.880	1.630.888	(808.084)	822.804
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	558.100	(207.456)	350.644	467.460	(146.893)	320.567
Gastos com Aquisição de Softwares	400.388	(223.271)	177.117	458.522	(290.767)	167.755
Outros Gastos Diferidos	377.829	(123.710)	254.119	704.906	(370.424)	334.482

Na ITAÚSA, o Imobilizado está composto basicamente por Edificações R\$ 5.171 (R\$ 5.545 em 30/06/2007).

NOTA 16 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO - ITAÚSA**a) Capital Social**

Em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrida em 29/04/2008, foram aprovadas as seguintes propostas do Conselho de Administração:

- Cancelamento de 24.695.600 ações escriturais preferenciais de emissão própria existentes em tesouraria, sem redução do valor do Capital Social, mediante absorção de R\$ 265.543 consignados na Reserva de Lucros – Reforço do Capital de Giro;
- Aumento do Capital Social mediante capitalização de Reservas de Lucros no montante de R\$ 2.250.000, com emissão de 350.421.388 novas ações escriturais a título de Bonificação (10%), sem valor nominal, sendo 134.464.943 ordinárias e 215.956.445 preferenciais;
- Aumento do Capital Social mediante emissão de novas ações para subscrição particular no montante de R\$ 250.000, com emissão de 31.250.000 novas ações escriturais, sem valor nominal, sendo 12.005.080 ordinárias e 19.244.920 preferenciais, podendo a integralização das ações subscritas ser efetuada mediante compensação de créditos originários de JCP – juros sobre o capital próprio pagos em 09/06/2008. O aumento de capital foi homologado em AGE de 27/06/2008.

Em decorrência dos itens precedentes, o Capital Social foi elevado para R\$ 10.000.000 representado por 3.885.885.269 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 1.491.119.451 ordinárias e 2.394.765.818 preferenciais sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens:

- Prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 10,00 por lote de mil ações, não cumulativo;
- Direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurando-se dividendo igual ao das ações ordinárias.

Abaixo, demonstramos a movimentação das ações representativas do capital social e das ações em tesouraria no período:

	QUANTIDADE			Valor Total
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2007	1.344.649.428	2.184.260.053	3.528.909.481	
Cancelamento de Ações - AGO/E de 29/04/2008	-	(24.695.600)	(24.695.600)	-
Bonificação de ações - AGO/E de 29/04/2008	134.464.943	215.956.445	350.421.388	-
Subscrição de ações (homologado pela AGE de 27/06/2008)	12.005.080	19.244.920	31.250.000	-
Ações Representativas do Capital Social em 30/06/2008	1.491.119.451	2.394.765.818	3.885.885.269	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2007 (*)	-	2.500.000	2.500.000	(30.502)
Aquisições de ações	-	26.200.000	26.200.000	(280.545)
(-) Cancelamento de Ações - AGO/E de 29/04/2008	-	(24.695.600)	(24.695.600)	265.543
Bonificação de ações - AGO/E de 29/04/2008	-	400.440	400.440	-
Ações em Tesouraria em 30/06/2008 (*)	-	4.404.840	4.404.840	(45.504)
Em Circulação em 30/06/2008	1.491.119.451	2.390.360.978	3.881.480.429	
Em Circulação em 30/06/2007	1.344.649.428	2.184.260.053	3.528.909.481	

(*) Ações de própria emissão adquiridas, com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria e posterior cancelamento.

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber, como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participarão dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias dividendo igual ao mínimo prioritário a ser pago às ações preferenciais.

Conforme deliberado em reunião do Conselho de Administração de 10/04/2008, os acionistas da ITAÚSA, que recebiam dividendos trimestrais de R\$ 0,012 por ação, receberão a partir de 01/07/2008 dividendos trimestrais de R\$ 0,014 por ação, representando incremento de aproximadamente 28% em razão dessa elevação do valor declarado e da bonificação de 10% em ações aprovada pela Assembléia Geral Extraordinária de 29/04/2008.

I - Cálculo

Lucro Líquido	1.482.479	
Ajustes		
(-) Reserva Legal	(74.124)	
Base de Cálculo do Dividendo	1.408.355	
Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio a Pagar	466.651	33,13%

II - Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	Bruto	IRF	Líquido
Provisionados	500.026	(33.375)	466.651
Dividendos	277.526	-	277.526
1 parcela trimestral de R\$ 0,0140 por ação paga em julho de 2008	54.341	-	54.341
1 parcela trimestral de R\$ 0,0140 por ação a ser paga em outubro de 2008	54.341	-	54.341
Complementar de R\$ 0,0435 por ação a ser paga em 25/08/2008	168.844	-	168.844
Juros sobre o Capital Próprio Complementar a ser declarado	222.500	(33.375)	189.125
Total em 30/06/2008 - R\$ 0,1202 por ação	500.026	(33.375)	466.651
Total em 30/06/2007 - R\$ 0,1276 por ação	477.266	(27.000)	450.266

c) Reservas de Lucros

	30/06/2008	30/06/2007
Reservas de Lucros	8.143.460	8.538.218
Legal	1.140.752	967.042
Lucros a Realizar	-	239.650
Estatutárias	<u>7.002.708</u>	<u>7.331.526</u>
Equalização de Dividendos (1)	3.455.229	3.482.025
Reforço do Capital de Giro (2)	2.067.355	1.897.490
Aumento de Capital Empresas Participadas (3)	1.480.124	1.952.011

(1) Reserva para Equalização de Dividendos - tem a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o Capital Próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

(2) Reserva para Reforço do Capital de Giro - objetiva garantir meios financeiros para a operação da sociedade.

(3) Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas - visa garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

d) Reconciliação do Lucro Líquido e Patrimônio Líquido entre ITAÚSA e ITAÚSA CONSOLIDADO

A diferença no Lucro Líquido e Patrimônio Líquido entre ITAÚSA e ITAÚSA CONSOLIDADO decorre do efeito da adoção de critérios distintos na amortização de ágios originados nas aquisições de investimentos e na constituição de créditos tributários e da eliminação dos lucros não realizados decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas, cujos tributos correspondentes foram diferidos.

	Lucro Líquido		Patrimônio Líquido	
	01/01 a 30/06/2008	01/01 a 30/06/2007	30/06/2008	30/06/2007
ITAÚSA	1.482.479	1.895.858	18.078.753	16.198.988
Amortização de Ágios	124.131	74.705	(1.920.684)	(2.170.155)
Crédito Tributário	(50.921)	(47.856)	431.463	533.667
ITAÚSA CONSOLIDADO	1.555.689	1.922.707	16.589.532	14.562.500

NOTA 17 - PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas e em condições de comutatividade.

As operações envolvendo a ITAÚSA e suas controladas foram eliminadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- Os controladores da ITAÚSA;
- A Fundação Itaúbanco, a Fundação Itaúsa Industrial, o FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado, a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco BEG (PREBEG), entidades fechadas de previdência complementar, que administram planos de aposentadoria complementar patrocinados pela ITAÚSA e/ou por suas controladas, conforme Nota 19a; e
- A Fundação Itaú Social e o Instituto Itaú Cultural - IIC, entidades mantidas pelo ITAÚ HOLDING e suas controladas para atuação nas suas respectivas áreas de interesse. No período, as empresas consolidadas efetuaram doações à Fundação Itaú Social de R\$ 146 (R\$ 51.305 de 01/01 a 30/06/2007) e ao IIC de R\$ 18.040 (R\$ 15.000 de 01/01 a 30/06/2007).

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da ITAÚSA CONSOLIDADO e, além daquelas já referenciadas acima, caracterizam-se basicamente por:

- Transações bancárias em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do BACEN, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de títulos e valores mobiliários e prestação de serviços de custódia/administração de carteira; e
- Locação de imóveis junto à Fundação Itaúbanco, FUNBEP e PREBEG.

Além dessas transações, existem garantias prestadas pela ITAÚSA, representadas por operações de avais, fianças e outras, conforme abaixo:

	30/06/2008	30/06/2007
Duratex S.A.	164.552	98.165
Elekeiroz S.A.	60.789	104.885
Itautec S.A.	171.011	35.359
Total	396.352	238.409

NOTA 18 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS - VALOR DE MERCADO

As demonstrações contábeis são elaboradas com base em critérios contábeis, que pressupõem a continuidade normal das operações da ITAÚSA e de suas controladas.

O valor contábil relativo a cada instrumento financeiro, constante ou não do balanço patrimonial, quando comparado com o valor que se poderia obter na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com o valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros ajustados com base na taxa de juros vigente no mercado, aproxima-se do seu correspondente valor de mercado, ou este não é disponível, exceto para os incluídos em:

	Contábil		Mercado		Lucro / (Prejuízo) Não Realizado (*)			
	30/06/2008	30/06/2007	30/06/2008	30/06/2007	Em Resultado		No Patrimônio Líquido	
					30/06/2008	30/06/2007	30/06/2008	30/06/2007
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	68.077.407	38.807.783	68.077.537	38.839.909	130	32.126	130	32.126
Títulos e Valores Mobiliários - TVM e Derivativos	72.480.898	62.992.455	72.664.959	63.212.300	62.531	371.756	184.061	219.845
Ajuste de Títulos Disponíveis para Venda					(141.196)	127.336	-	-
Ajuste de Títulos Mantidos até o Vencimento					203.727	244.420	184.061	219.845
Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil	126.491.895	87.633.802	126.420.920	87.926.556	(70.975)	292.754	(70.975)	292.754
Participações em Coligadas								
Bolsa de Mercadorias & Futuros - BM&F S.A.	19.888	-	271.621	-	251.733	-	251.733	-
Bovespa Holding S.A.	54.641	-	798.959	-	744.318	-	744.318	-
BPI	752.338	711.095	1.121.736	2.294.790	369.398	1.583.695	369.398	1.583.695
Redecard S.A.	244.641	-	4.840.678	-	4.596.037	-	4.596.037	-
Serasa S.A.	98.435	-	369.664	-	271.229	-	271.229	-
Visa Inc.	12	-	92.049	-	92.037	-	92.037	-
Recursos Captados por Controladas	205.189.747	139.135.584	205.149.614	139.144.511	40.133	(8.927)	40.133	(8.927)
Securitização de Ordens de Pagamentos no Exterior	941.873	1.293.278	945.778	1.306.309	(3.905)	(13.031)	(3.905)	(13.031)
Dívidas Subordinadas e Ações Preferenciais Resgatáveis (Nota 10)	13.191.320	11.394.951	13.260.683	11.529.282	(69.363)	(134.331)	(69.363)	(134.331)
Ações em Tesouraria	1.612.795	1.022.615	1.976.620	1.891.913	364.531	869.298	363.825	869.298
Total Não Realizado					6.647.834	2.993.340	6.768.658	2.841.429

(*) Não considera os efeitos fiscais correspondentes. Inclui Lucro Não Realizado de minoritários no montante de R\$ 3.550.046 (R\$ 1.299.166 em 30/06/2007) em resultado e R\$ 3.820.792 (R\$ 1.663.198 em 30/06/2007) no Patrimônio Líquido.

Para a obtenção dos valores de mercado dos Instrumentos Financeiros, são adotados os seguintes critérios:

- Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, Certificados de Depósitos Bancários e Letras Hipotecárias, os dois últimos incluídos em Títulos e Valores Mobiliários, pelo valor nominal atualizado até a data do vencimento, descontado a valor presente às taxas de mercado futuro de juros e de *swaps* para títulos prefixados e às taxas no mercado dos títulos de renda fixa, publicadas na Gazeta Mercantil de 01/07/2008, para títulos pós-fixados.
- Títulos Públicos, incluídos em Títulos e Valores Mobiliários, com base em taxas coletadas junto ao mercado, validadas através de comparação com informações fornecidas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (ANDIMA). Para as empresas da Área Financeira e Seguros, conforme regras estabelecidas através das Circulares nº 3.068 de 08/11/2001 e nº 3.082 de 30/01/2002 do BACEN e nº 295 de 14/06/2005 da SUSEP, estão registrados pelo seu valor de mercado, exceto os classificados como mantidos até o vencimento.
- Ações de Companhias Abertas, quando incluídas em Títulos e Valores Mobiliários, pela cotação média disponível no último pregão do mês ou, na falta desta, pela cotação mais recente em pregões anteriores, publicada no Boletim Diário de cada Bolsa.
- Operações de Crédito com prazos superiores a 90 dias, quando disponível, com base no valor presente líquido de fluxos de caixa futuros descontados à taxa de juros praticada no mercado na data do balanço, considerando, inclusive, os efeitos de operações de *hedge* (contratos de *swap*).
- Participação em Coligadas – Nas empresas BPI, Redecard S.A., Bovespa Holding S.A., Bolsa de Mercadorias & Futuros – BM&F S.A. e Visa Inc. pelo valor das ações nas bolsas de valores e na Serasa S.A. pelo valor da última negociação ocorrida.
- Depósitos Interfinanceiros e a Prazo e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, quando disponíveis, com base no valor presente de fluxos de caixa futuros descontados às taxas de mercado futuro de juros e de *swaps* para títulos prefixados, e nas taxas no mercado dos títulos de renda fixa, publicadas na Gazeta Mercantil de 01/07/2008, para títulos pós-fixados. São considerados, inclusive, os efeitos de operações de *hedge* (contratos de *swap*).
- Securitização de Ordens de Pagamento no Exterior, com base no valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros estimados a partir das curvas de juros das praças de indexação, descontados à taxa de juros praticada no mercado na data do balanço, considerando o risco de crédito do emissor, calculado a partir do preço de mercado de outros papéis emitidos pelo mesmo.
- Dívidas Subordinadas, com base no valor presente líquido de fluxos de caixa futuros prefixados ou pós-fixados em moeda estrangeira, descontados à taxa de juros praticada no mercado na data do balanço e considerando o risco de crédito do emissor. Os fluxos de caixa pós-fixados são estimados a partir das curvas de juros das praças de indexação.
- Derivativos, relativos às operações de *swap* contratadas para *hedge* dos demais Ativos/Passivos, com base nos valores referenciais de cada um dos parâmetros dos contratos (parte e contraparte), atualizados até as datas dos vencimentos e descontados a valor presente às taxas no mercado futuro de juros, respeitadas as características de cada contrato.
- Ações em Tesouraria, pela cotação média disponível no último pregão do mês ou, na falta desta, pela cotação mais recente em pregões anteriores, publicada no Boletim Diário de cada Bolsa.

NOTA 19 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Nos termos da Deliberação nº 371, de 13/12/2000, da CVM, apresentamos a seguir as políticas praticadas pela ITAÚSA e suas controladas quanto aos benefícios a empregados bem como os procedimentos contábeis adotados:

a) Benefícios de Complementação de Aposentadoria:

A ITAÚSA e suas controladas são patrocinadores dos seguintes planos de aposentadoria complementar:

Entidade	Plano de benefício
Fundação Itaúbanco	Plano de Aposentadoria Complementar - PAC (1)
	Plano de Benefício Franprev – PBF (1)
	Plano de Benefício 002 – PB002 (1)
	Plano Básico Itaulam - PBI (1)
	Plano Suplementar Itaulam - PSI (2)
Fundação Bemgeprev	Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia - ACMV (1)
Fundação Itaúsa Industrial	Plano de Benefícios de Contribuição Definida - PAI-CD (3)
	Plano de Benefícios Definido- BD (1) (4)
Funbep Fundo de Pensão Multipatrocinado	Plano de Benefícios Funbep I (1)
	Plano de Benefícios Funbep II (2)
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco Beg - Prebeg	Plano de Benefícios Prebeg (1)
Citiprevi - Entidade Fechada de Previdência Complementar (Orbital/Credicard Itaú)	Plano de Aposentadoria Credicard (1)
	Plano de Aposentadoria Suplementar Credicard (2)
Itaubank Sociedade de Previdência Privada	Plano de Aposentadoria Itaubank (3)

(1) Plano de modalidade de benefício definido

(2) Plano de modalidade de contribuição variável

(3) Plano de modalidade de contribuição definida

(4) Em 5 de fevereiro de 2007, foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar a unificação dos Planos de Benefícios BD-Itaútec e BD- Itaúsa ao plano BD - DX, que passou a denominar-se Plano de Benefícios Definido - Plano BD.

Os planos de modalidade de benefício definido e de contribuição variável têm por finalidade básica a concessão de benefício que, sob a forma de renda vitalícia (no caso dos FUNBEP, PREBEG, PB002 e Credicard, também sob a forma de pensão por morte), complementar a aposentadoria paga pela previdência social. No caso dos planos de modalidade de contribuição definida o benefício é apurado com base nas contribuições vertidas e seu pagamento é efetuado por tempo certo, o qual não requer cálculo atuarial.

Todos os planos acima, exceto o plano PAI-CD, estão fechados ao ingresso de novos participantes. Aos funcionários admitidos após o fechamento é oferecido plano na modalidade de contribuição definida, administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A. (PGBL), no caso das empresas da Área Financeira e de Seguros, ou pela Fundação Itaúsa Industrial (PAI-CD), no caso das empresas da Área Industrial.

No período, as contribuições efetuadas totalizaram R\$ 23.075 (R\$ 20.942 de 01/01 a 30/06/2007). A taxa de contribuição é crescente em função do rendimento do participante.

b) Benefícios Pós-Emprego:

A ITAÚSA e suas controladas não oferecem outros benefícios pós-emprego, exceto nos casos decorrentes de compromissos de manutenção assumidos em contratos de aquisição firmados pelo ITAÚ, nos prazos e condições estabelecidos, em que patrocinam total ou parcialmente planos de saúde para massas específicas de ex-funcionários e beneficiários. No período, as contribuições efetuadas totalizaram R\$ 2.996 (R\$ 3.545 de 01/01 a 30/06/2007). A taxa de contribuição é crescente em função da idade do beneficiário.

c) Valor Líquido dos Ativos e Passivos Atuariais dos Planos de Benefícios:

Apresenta-se a seguir a composição dos ativos e passivos atuariais líquidos, que consideram os exigíveis atuariais calculados de acordo com os conceitos estabelecidos na Deliberação CVM nº 371/2000.

	30/06/2008	30/06/2007
Ativos líquidos dos planos	13.514.018	12.263.153
Passivos atuariais	(9.911.889)	(9.225.205)
Superveniência (*)	3.602.129	3.037.948

(*) Conforme parágrafo 49g do anexo da Deliberação CVM nº 371, de 13/12/2000, o ativo líquido não foi reconhecido.

Adicionalmente às reservas mantidas pelos planos, os patrocinadores mantêm provisões no montante de R\$ 27.089 (R\$ 28.720 em 30/06/2007) para cobertura de eventuais insuficiências atuariais.

d) Evolução do Ativo Líquido, dos Passivos Atuariais e da Superveniência:

	01/01 a 30/06/2008			01/01 a 30/06/2007		
	Ativo	Passivos Atuariais	Superveniência	Ativo	Passivos Atuariais	Superveniência
Valor Presente Início do Período	12.767.343	(9.540.927)	3.226.416	10.768.519	(8.672.398)	2.096.121
Ajuste efetuados no período (1)	-	-	-	-	(196.995)	(196.995)
Rendimentos Esperados dos Ativos/ Custo Serviço Corrente + Juros	776.892	(586.800)	190.092	654.715	(556.928)	97.787
Benefícios Pagos	(215.838)	215.838	-	(201.116)	201.116	-
Contribuições Patroc./Participantes	29.395	-	29.395	28.472	-	28.472
Ganhos/(Perdas) no Período (2)	156.226	-	156.226	1.012.563	-	1.012.563
Valor Presente Final do Período	13.514.018	(9.911.889)	3.602.129	12.263.153	(9.225.205)	3.037.948

(1) Corresponde alteração da tábua de mortalidade de GAM-83 (suavizada em 10%) para AT-83 (suavizada em 10%).

(2) Os ganhos/(perdas) do ativo correspondem aos rendimentos obtidos acima/(abaixo) da premissa taxa de retorno esperada dos ativos.

e) As principais premissas utilizadas na avaliação atuarial:

	Área de Serviços Financeiros (1)	Área Industrial (2)
Taxa de Desconto	10,24% a.a.	9,20% a.a.
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos	12,32% a.a.	10,01% a.a.
Tábua de Mortalidade	AT-2000 (3)	AT-83 (4)
Rotatividade	Exp. Itaú 2003/2004	Exp. Towers
Crescimentos Salariais Futuros	7,12% a.a.	7,12% a.a.
Crescimentos Benefícios Previdência Social/Planos	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Inflação	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Método Atuarial	Cred. Unit. Projet. (5)	Cred. Unit. Projet. (5)

(1) Corresponde às premissas adotadas pelos planos administrados pela Fundação Itaúbanco, Funbep e Prebeg.

(2) Corresponde às premissas adotadas pelo plano de Benefício Definido administrado pela Fundação Itaúsa Industrial.

(3) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pelo SOA – "Society of Actuaries", entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas. Em 31/03/2007 adotava-se a Tábua AT-83.

(4) Em 30/06/2007 adotava-se a tábua GAM-83 com agravamento de 1/3 da diferença da expectativa de sobrevivência desta tábua em relação a tábua AT-83.

(5) No método atuarial do Crédito Unitário Projetado, a reserva matemática é definida pelo valor atual do benefício projetado multiplicado pela razão entre o tempo de serviço atingido na data de avaliação e o tempo de serviço que será atingido na data da concessão do benefício. O custeio é determinado tomando-se o valor atual do benefício projetado distribuído ao longo dos anos de atividade de cada participante.

NOTA 20 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**a) Ativos Segurados**

A ITAÚSA e suas controladas, apesar de possuírem reduzido grau de risco em função da não concentração física de seus ativos, têm como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

b) Moedas Estrangeiras

Os saldos patrimoniais, em moeda nacional, vinculados a moeda estrangeira, eram:

	30/06/2008	30/06/2007
Investimentos Permanentes no Exterior	10.562.241	9.644.294
Saldo líquido dos demais ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, inclusive derivativos	(19.230.883)	(15.567.749)
Posição Cambial Líquida	(8.668.642)	(5.923.455)

A posição cambial líquida, considerados os efeitos fiscais sobre os resultados do saldo líquido dos demais ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, reflete a baixa exposição às flutuações cambiais.

c) Participações Minoritárias nas Subsidiárias

	Patrimônio Líquido		Resultado	
	30/06/2008	30/06/2007	01/01 a 30/06/2008	01/01 a 30/06/2007
Banco Itaú Holding Financeira S.A.	16.583.794	14.697.079	(2.256.524)	(2.225.815)
Duratex S.A.	943.454	852.446	(94.645)	(88.747)
Itaú Bank, Ltd (1)	631.834	769.817	-	-
Itaú BBA Participações S.A.	260.902	220.451	(31.072)	(17.316)
Itaú XL Seguros Corporativos S.A.	109.828	101.071	(10.943)	(8.667)
Miravalles Empreendimentos e Participações S.A. (2)	93.049	85.623	(2.149)	19.657
Três "B" Empreendimentos e Participações Ltda. (3)	65.237	58.862	(2.871)	(3.975)
Itaú Gestão de Ativos S.A. (4)	61.275	60.830	(326)	(1.225)
Itautec S.A.	26.546	23.978	(1.676)	(3.751)
Investimentos Bemge S.A. (5)	16.297	15.711	(407)	(606)
Elekeiroz S.A.	14.421	10.793	(1.436)	(976)
Kinea Investimentos Ltda. (6)	1.742	-	423	-
Outras	60.744	35.106	(2.909)	(1.681)
Total	18.869.123	16.931.767	(2.404.535)	(2.333.102)

(1) Representada por Ações Preferenciais Resgatáveis emitidas em 31/12/2002 pelo Itaú Bank Ltd., no valor de US\$ 393.072 mil, com vencimento em 31/03/2015 e dividendos calculados com base na taxa Libor acrescida de 1,25% a.a., pagáveis semestralmente;

(2) Controladora da Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento.

(3) Controlada indireta da Cia. Itaú de Capitalização.

(4) Controlada indireta da Itaú Vida e Previdência S.A..

(5) Controlada indireta do Banco Itaúcard S.A..

(6) Controlada indireta do Banco ItaúBank S.A..

d) Resultados não Recorrentes

A fim de possibilitar adequada análise das demonstrações contábeis do período, apresentamos o Lucro Líquido com exclusão dos principais efeitos não recorrentes, líquidos dos respectivos efeitos fiscais, conforme segue:

	ITAUSA		ITAUSA CONSOLIDADO	
	01/01 a 30/06/2008	01/01 a 30/06/2007	01/01 a 30/06/2008	01/01 a 30/06/2007
Lucro Líquido	1.482.479	1.895.858	1.555.689	1.922.707
Efeitos não Recorrentes	398.729	(44.496)	470.530	39.929
Ágio sobre Aquisições (Nota 13f)	-	75.635	71.801	160.060
Ações do ITAÚ HOLDING	-	75.635	60.261	75.635
Ações do BPI	-	-	10.935	-
Ações da Delle Holding	-	-	605	-
BBI e BBT	-	-	-	84.425
Contas Garantidas e Compromissos Vinculados em Investimentos Adquiridos	-	36.578	-	36.578
Compra de Ações para Tesouraria - Duratex S.A.	3.558	12.175	3.558	12.175
Compra de Ações para Tesouraria - ITAÚ HOLDING (*)	395.803	-	395.803	-
Constituição de Provisão para Contingências - Planos Econômicos	53.359	-	53.359	-
Constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	117.852	-	117.852
Venda 50% de Ações Camargo Correa Desenvolvimento Imobiliário S.A.	-	(15.904)	-	(15.904)
Alienações de Investimentos (Nota 13g)	(85.904)	(216.702)	(85.904)	(216.702)
Serasa S.A.	-	(216.702)	-	(216.702)
Mastercard, Inc.	(24.580)	-	(24.580)	-
Visa, Inc.	(42.096)	-	(42.096)	-
BM&F Bovespa	(19.228)	-	(19.228)	-
Alienação e Ajuste a Mercado das Ações do Banco Comercial Português, S.A. detidas pelo BPI	39.637	-	39.637	-
Venda de Imóvel - ItaúBank	-	(33.682)	-	(33.682)
Venda de Imóvel Tatuapé - Itautec S.A.	-	(20.448)	-	(20.448)
Recuperação de Tributos e Outros Efeitos não Recorrentes - Duratex S.A. / Itautec S.A.	(7.724)	-	(7.724)	-
Lucro Líquido Recorrente	1.881.208	1.851.362	2.026.219	1.962.636

(*) Efeito de compra de ações para tesouraria pela controlada ITAÚ HOLDING que, no período, adquiriu ações de sua própria emissão no montante de R\$ 1.290 milhões com reflexo de R\$ 396 milhões em despesa não operacional de equivalência patrimonial na ITAÚSA (sem representar na controladora saída de caixa), elevando-se o percentual de participação nessa controlada de 44,76% em 31 de dezembro de 2007 para 45,35% em 30 de junho de 2008.

e) Lei nº 11.638

Em 28/12/2007 foi sancionada a Lei nº 11.638 que altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, e da Lei nº 6.385, de 07/12/1976 sobre práticas contábeis, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis.

O artigo 9º da referida lei estabeleceu a sua entrada em vigor no primeiro dia do exercício seguinte ao de sua publicação. A CVM por meio da Instrução nº 469, de 02/05/2008 facultou e o BACEN por meio do Comunicado nº. 16.669, de 20/03/2008 e a SUSEP por meio da Carta-Circular SUSEP/DECON/GAB nº 005, de 09/06/2008, dispensaram a aplicação das alterações contidas nesta lei para as demonstrações contábeis intermediárias do exercício de 2008. Desta forma, essas alterações que aguardam regulamentação do BACEN, CVM e SUSEP deverão produzir efeitos sobre as demonstrações dos exercícios encerrados em 31/12/2008 e devem estar em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. Em razão disso, a ITAÚSA entende que, no momento, não é praticável determinar os impactos da adoção plena desta Lei.

Dentre as principais alterações promovidas pela lei, a ITAÚSA já adota:

- Apresentação das Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado (Nota 20f)
- Critério de classificação e avaliação a preço de mercado dos instrumentos financeiros para as empresas financeiras e equiparadas (Notas 4b II, 4c e 6).
- Manutenção do saldo das reservas de reavaliação, no montante de R\$ 30.323, conforme Resolução nº 3.565, de 29/05/2008, do CMN, e Instrução nº 469, de 02/05/2008, da CVM. Esta Reserva será realizada de acordo com o prazo de depreciação do bem reavaliado ou por sua baixa.

Destacamos abaixo as principais alterações que aguardam regulamentação:

- Criação do subgrupo "Intangível" no Ativo Permanente para classificar os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido. O ativo imobilizado passa a incluir os bens decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens e o ativo diferido passa a incluir as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação;
- Criação do subgrupo "Ajustes de Avaliação Patrimonial" no Patrimônio Líquido com o objetivo de classificar as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado;
- Ajuste a valor presente das operações ativas e passivas de longo prazo, sendo as demais ajustadas quando houver efeito relevante;
- Análise periódica sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado, intangível e diferido;
- Nas operações de incorporação, fusão e cisão, realizadas entre partes independentes e vinculadas à efetiva transferência de controle, os ativos e passivos da sociedade a ser incorporada ou decorrente de fusão ou cisão serão contabilizados pelo seu valor de mercado;
- Alteração do tratamento dos incentivos fiscais que passa a transitar pelo resultado, facultando sua destinação para Reserva de Lucros – Reserva de Incentivos Fiscais e excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

Ressalta-se que o ITAÚ HOLDING, controlada da ITAÚSA cujos ativos representam mais de 90% do total de ativos consolidados, divulga anualmente o relatório 20-F, que contém as demonstrações contábeis consolidadas elaboradas conforme as regras norte-americanas (USGAAP), que são mais próximas das regras internacionais de contabilidade, se comparadas às regras brasileiras anteriores à promulgação da Lei nº 11.638. Adicionalmente, no último trimestre de 2007, foi divulgada uma reconciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido consolidado de 31/12/2006, entre as normas brasileiras e os "International Financial Reporting Standards" (IFRS), detalhando as principais diferenças. Considerando que a referida lei visa a convergência das normas de contabilidade brasileiras com as internacionais, estas duas divulgações são um parâmetro para os efeitos da aplicação da Lei nº 11.638.

f) Demonstração do Fluxo de Caixa

Apresentamos a seguir a Demonstração do Fluxo de Caixa, Consolidada e Individual, pelo método indireto, e a Demonstração do Valor Adicionado, não requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelo BACEN até 31/12/2007, as quais foram elaboradas em consonância com a estrutura do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. A partir de setembro de 2007, na DFC, as captações de recursos foram transferidas da atividade de financiamento, visando concentrar toda a atividade de intermediação financeira como operacional.

I - Demonstração do Fluxo de Caixa - ITAÚSA CONSOLIDADO

	01/01 a 30/06/2008	01/01 a 30/06/2007
Lucro Líquido Ajustado	11.967.501	10.347.149
Lucro Líquido	1.555.689	1.922.707
Ajuste ao Lucro Líquido:	10.411.812	8.424.442
Ajuste ao Valor de Mercado de TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos / Passivos)	(119.472)	(26.030)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	3.764.264	3.372.176
Resultado de Operações com Dívida Subordinada	546.621	272.643
Resultado de Operações com Securitização de Ordens de Pagamento no Exterior	(90.353)	(112.373)
Variação das Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	3.599.480	2.882.582
Depreciações e Amortizações	334.786	396.873
Ajuste de Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	237.777	389.875
Ajuste de Provisão de Passivos Contingentes	487.401	145.732
Tributos Diferidos	(167.849)	88.028
Resultado de Participação em Coligadas	20.483	(49.212)
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	(386.456)	(365.340)
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento	(25.673)	6.754
(Lucro) Prejuízo na Alienação de Imobilizado de Uso (Nota 13g)	-	(114.321)
(Ganho) Perda na Alienação de Investimentos (Nota 13g)	(288.364)	(735.507)
Resultado dos Acionistas Minoritários	2.404.535	2.333.102
Outros	94.632	(60.540)
Variação de Ativos e Obrigações	(5.048.531)	(10.617.387)
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(11.188.714)	(6.080.551)
(Aumento) Redução em TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos / Passivos)	(6.039.535)	(8.372.660)
(Aumento) Redução em Relações Interbancárias de Controladas	1.677.316	589.214
(Aumento) Redução em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos	(22.633.872)	(7.171.329)
(Aumento) Redução em Estoques	(35.492)	(78.960)
(Aumento) Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(2.800.158)	(1.899.500)
(Aumento) Redução em Operações de Câmbio	508.245	29.449
(Aumento) Redução em Despesas Antecipadas	(552.180)	(1.505.666)
Aumento (Redução) em Recursos Captados por Controladas Moedas Estrangeiras	(124.921)	(5.454.934)
Aumento (Redução) em Recursos Captados por Controladas Moeda Nacional	2.464.504	7.824.227
Aumento (Redução) em Recursos Captados por Controladas Mercado Aberto	31.454.075	9.799.094
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos Moedas Estrangeiras	(55.257)	(55.957)
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos Moeda Nacional	121.281	(19.812)
Aumento (Redução) em Operações com Cartões de Crédito	(875.458)	(563.641)
Aumento (Redução) em Operações com Securitização de Ordens de Pagamento no Exterior	(77.349)	(126.065)
Aumento (Redução) em Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	(794.769)	(409.256)
Aumento (Redução) em Obrigações Sociais, Obrigações Fiscais e Outras Obrigações	3.901.087	2.886.066
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	2.666	(7.106)
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado)	6.918.970	(270.238)
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos de Coligadas	78.657	60.478
Recursos do Recebimento de Juros e da Venda de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	5.858.056	6.417.232
Recursos do Recebimento de Juros e do Resgate de Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento	356.777	110.361
Alienação de Investimentos	294.833	739.842
Alienação de Imobilizado de Uso	37.711	438.484
Aquisição de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	(8.840.161)	(10.751.362)
Aquisição de Investimentos	(203.592)	(34.150)
Aquisição de Imobilizado de Uso e Reservas Florestais	(452.619)	(397.686)
Aplicações no Diferido	(114.124)	(385.296)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado)	(2.984.462)	(3.802.097)
Aumento (Redução) em Obrigações por Dívida Subordinada	561.574	6.555.918
Subscrição de Ações	250.000	300.000
Ágio na Subscrição de Ações	471	752
Reserva de Capital decorrente de Fração de Ações	78	-
Variação da Participação dos Acionistas Minoritários	(926.112)	64.713
Juros sobre o Capital Próprio Pagos a Acionistas Minoritários	(1.274.273)	(934.322)
Aquisição de Ações para Tesouraria	(280.545)	(25.498)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(1.072.618)	(1.072.280)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado)	(2.741.425)	4.889.283
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) EM DISPONIBILIDADES LÍQUIDA	1.193.083	816.948
Disponibilidades no Início do Período	4.458.579	3.732.337
Disponibilidades no Final do Período	5.651.662	4.549.285

II - Demonstração do Fluxo de Caixa - ITAÚSA

	01/01 a 30/06/2008	01/01 a 30/06/2007
Lucro Líquido Ajustado	17.853	128.806
Lucro Líquido	1.482.479	1.895.858
Ajustes ao Lucro Líquido:	(1.464.626)	(1.767.052)
Amortização de Ágio	9.386	4.451
Resultado de Participação em Controladas e Coligadas	(1.474.435)	(1.771.906)
(Reversão) Provisão para Perdas	(8)	(35)
Depreciações e Amortizações	431	438
Varição de Ativos e Obrigações	215.471	(6.111)
(Aumento) Redução em TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	180.457	50.688
(Aumento) Redução em Créditos Diversos e Outros Valores e Bens	(64.687)	17.101
(Aumento) Redução em Despesas Antecipadas	(1)	-
(Redução) Aumento em Provisões e Contas a Pagar e Outras Obrigações	99.702	(73.900)
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	233.324	122.695
Aquisição de Investimentos	(172.265)	(121.899)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(275)	(28)
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	1.041.814	796.270
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	869.274	674.343
Ágio na Subscrição de Ações	471	752
Subscrições de Ações	250.000	300.000
Aquisição de Ações para Tesouraria	(280.545)	(25.498)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(1.072.618)	(1.072.280)
Reserva de Capital decorrente de Frações de Ações	78	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.102.614)	(797.026)
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES	(16)	12
Disponibilidades no Início do Período	142	27
Disponibilidades no Final do Período	126	39

III - Demonstrativo do Valor Adicionado - ITAÚSA CONSOLIDADO

	01/01 a 30/06/2008	Part. %	01/01 a 30/06/2007	Part. %
Vendas de Produtos e Serviços Líquidas de Custos de Materiais, Serviços de Terceiros e Outros (a)	5.165.362	-	5.878.590	-
Resultado da Intermediação Financeira (b)	8.792.942	-	7.873.826	-
Resultado das Operações com Seguros, Previdência e Capitalização (c)	685.918	-	601.119	-
Outras Receitas/Despesas Operacionais (d)	(3.365.425)	-	(2.979.490)	-
Valor Adicionado (e = a + b + c + d)	11.278.797	-	11.374.045	-
Remuneração do Trabalho (f) (*)	3.506.417	31,1	2.960.356	26,0
Remuneração do Governo (g)	3.770.610	33,4	4.122.897	36,3
Remuneração do Financiamento (h)	41.546	0,4	34.983	0,3
Remuneração de Acionistas (i)	1.261.054	11,2	1.125.393	9,9
Reinvestimentos de Lucros (j)	2.699.170	23,9	3.130.416	27,5
Distribuição do Valor Adicionado (k = f + g + h + i + j)	11.278.797	100,0	11.374.045	100,0

(*) Não inclui os encargos com a Previdência Social.

RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL

Aos Administradores e Acionistas da
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.

São Paulo - SP

1. Efetuamos uma revisão especial das informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. (controladora e consolidado), correspondentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2008, compreendendo o balanço patrimonial, a demonstração do resultado e as notas explicativas, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de emitir relatório, sem expressar opinião, sobre essas Informações Trimestrais - ITR. As Informações Trimestrais - ITR das empresas controladas Banco Itaú Holding Financeira S.A., Itaúsa Export S.A., Itaúsa Europa - Investimentos, SGPS, Ltda., Duratex S.A. e Itautec S.A., relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2008, cujos valores serviram de base para fins de avaliação pelo método de equivalência patrimonial e consolidação (nota 15a), foram revisadas por outros auditores independentes, que emitiram relatórios sem ressalvas. Nosso relatório de revisão especial, no que diz respeito aos valores dessas controladas, baseia-se exclusivamente na revisão desses outros auditores independentes.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o CFC - Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente, de: a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas Contábil, Financeira e Operacional da Companhia, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia.
3. Com base em nossa revisão especial e na revisão de outros auditores independentes, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas Informações Trimestrais - ITR referidas no parágrafo 1, para que estejam de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, incluindo a Instrução CVM nº 469/08 e o Comunicado nº 16.669 do Banco Central do Brasil - Bacen.
4. Conforme mencionado na nota explicativa 20e, em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008. Essa Lei alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e provocou mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas alterações por ela introduzidas dependem de normatização por parte dos órgãos reguladores para serem integralmente aplicadas pelas companhias. Dessa forma, nessa fase de transição, a CVM, por meio da Instrução CVM nº 469/08, facultou a não-aplicação de todas as disposições da Lei nº 11.638/07 na preparação das Informações Trimestrais - ITR. Assim, as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 30 de junho de 2008 foram elaboradas de acordo com instruções específicas da CVM, que não contemplam todas as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e com o Comunicado nº 16.669 do Banco Central do Brasil - Bacen, o qual dispensou a aplicação dos dispositivos contábeis introduzidos pela referida Lei na preparação das demonstrações contábeis intermediárias, isto é, durante o ano de 2008.

5. O balanço patrimonial levantado em 31 de março de 2008, apresentado para fins comparativos, foi por nós revisado e o relatório de revisão especial emitido em 12 de maio de 2008 continha ênfase semelhante ao assunto descrito no parágrafo 4. A demonstração do resultado referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2007, apresentada para fins comparativos, foi por nós revisada e o relatório de revisão especial emitido em 13 de agosto de 2007, não continha ressalva.

São Paulo, 11 de agosto de 2008

Orlando Octávio de Freitas Júnior
Sócio-contador
CRC 1SP178871/O-4

BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5

Relatório dos auditores independentes sobre as revisões limitadas

Aos Administradores
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.

- 1 Efetuamos revisões limitadas dos balanços patrimoniais da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. (Itaúsa) e Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. e empresas controladas (Itaúsa consolidado) em 30 de junho de 2008 e de 2007 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, bem como as demonstrações consolidadas do resultado e das origens e aplicações de recursos dos semestres findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir relatório sobre essas demonstrações contábeis.
- 2 Nossas revisões foram efetuadas de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiram, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia quanto aos principais critérios adotados na elaboração das demonstrações contábeis e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia e empresas controladas.
- 3 Com base em nossas revisões limitadas, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas demonstrações contábeis acima referidas para que estejam apresentadas de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), incluindo a Instrução No. 469/08 e, no caso das instituições financeiras controladas, de acordo com normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, incluindo o Comunicado No. 16.669, que dispensou a aplicação dos dispositivos contábeis introduzidos pela Lei No. 11.638/07 na preparação das demonstrações contábeis intermediárias, durante o ano de 2008.
- 4 Conforme descrito na nota explicativa 20(e), em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei No. 11.638, com vigência a partir de 1o. de janeiro de 2008. Essa lei alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei No. 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e provocou mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Embora a referida lei já tenha entrado em vigor, algumas alterações por ela introduzidas dependem de normatização por parte dos órgãos reguladores para serem integralmente aplicadas pelas companhias. A Itaúsa detém investimentos no valor de R\$15.110.603 mil no Banco Itaú Holding Financeira S.A., avaliado pelo método de equivalência patrimonial em 30 de junho de 2008, o qual está sujeito às normas do Banco Central do Brasil (BACEN). O BACEN, por meio do Comunicado No. 16.669 de 20 de março de 2008, dispensou a aplicação das disposições da Lei No. 11.638/07 na preparação das demonstrações contábeis intermediárias das instituições financeiras ao longo do exercício de 2008. Assim, as demonstrações contábeis relativas ao investimento na controlada Banco Itaú Holding Financeira S.A. em 30 de junho de 2008, base para equivalência patrimonial e consolidação pela Itaúsa, foram elaboradas de acordo com instruções específicas do BACEN e não contemplam as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei No. 11.638/07. Adicionalmente, a Itaúsa detém outros investimentos em empresas não financeiras de capital aberto e sujeitas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, a qual, por meio da Instrução No. 469/08 requereu que determinados ajustes previstos na Lei No. 11.638/07 fossem avaliados e registrados nas demonstrações contábeis intermediárias do exercício de 2008. Esses ajustes foram mensurados e considerados imateriais para fins de registro nas demonstrações contábeis da Itaúsa e da Itaúsa consolidado referidas no parágrafo 1.

São Paulo, 11 de agosto de 2008

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Emerson Laerte da Silva
Contador CRC 1SP171089/O-3

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CNPJ - 61.532.644/0001-15

Companhia Aberta

NIRE. 35300022220

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da **Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.**, após procederem ao exame das demonstrações contábeis referentes ao período de janeiro a junho de 2008, verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados e, à vista do parecer sem ressalvas da BDO Trevisan Auditores Independentes, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela sociedade no período.

São Paulo-SP, 11 de agosto de 2008.

JOSÉ MARCOS KONDER COMPARATO
Presidente

ARTEMIO BERTHOLINI
Conselheiro

PAULO RICARDO MORAES AMARAL
Conselheiro